

2023

CONTAS CONSOLIDADAS

Obidos
MUNICÍPIO

E.E.M.
óbidos **Criativa**

 **OBIDOS
PARQUE**
LAND FOR NATURE

MUNICIPIO DE OBIDOS

OBIDOS CRIATIVA, EEM

OBITEC

ÍNDICE – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023

Relatório de Gestão Consolidado

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanço Consolidado

Demonstração de Resultados Consolidados

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados

Demonstração de Alterações do Patrimônio Líquido consolidadas

Anexos as Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Demonstração de Desempenho Orçamental

Demonstração Orçamental da Receita

Demonstração Orçamental da Despesa

Demonstração do Plano Plurianual de Investimentos

Anexo às Demonstrações Orçamentais

ÓBIDOS CRIATIVA, EEM

OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia

[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Aprovadas as Contas individuais do Município de Óbidos, da empresa municipal Óbidos Criativa-EEM e da Obitec- Associação Ciência e Tecnologia, para cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, elabora-se a prestação de contas municipais consolidada, a submeter à aprovação do órgão executivo e posterior apreciação do órgão deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do referido diploma legal.

A consolidação de contas nos municípios assume-se indispensável para melhorar a informação prestada pela administração local e tem como objetivo a elaboração de demonstrações financeiras do conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Fazem parte integrante da prestação de contas consolidadas de 2023, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivo anexo, o presente relatório de gestão e a certificação legal das contas consolidadas.

Conforme legalmente previsto o Município de Óbidos, desde 2020, adotou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, pelo que as demonstrações financeiras consolidadas do Município são elaboradas de acordo com aquele normativo contabilístico, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) aplicáveis nas circunstâncias e respetivo normativo complementar.

De referir que a NCP 4 prevê o reconhecimento como ativos de concessão dos bens e equipamentos decorrentes dos contratos de concessão celebrados pelo Município e geridos pelos concessionários, o que implicaria o aumento do ativo fixo tangível e do passivo no mesmo montante. Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), o perímetro de consolidação orçamental das administrações públicas compreende os subperímetros referentes à administração central, segurança social, administração local e regiões autónomas.

O perímetro de consolidação da Administração Local é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Considerando que a Óbidos Criativa, EM e a Obitec – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, não fazem parte lista de entidades que, em 2023, integravam o Setor Institucional das Administrações Públicas (S.13 nos termos do código do sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais – SEC 2010), publicada pelo Instituto Nacional de Estatística em março de 2023, as Demonstrações Orçamentais Consolidadas respeitarão apenas ao Município de Óbidos.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em conformidade com o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com os pontos 4 e 5 da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, o grupo público municipal para efeitos de contas consolidadas abrange:

- o **Município de Óbidos**;
- a **Óbidos Criativa, EEM**, empresa municipal, detida a 100% pelo Município de Óbidos
- a **Obitec – Associação Ciência e Tecnologia**, associação detida em 96,09% pelo Município de Óbidos.

Não fazem parte do grupo público municipal:

- a **Águas do Vale do Tejo, S.A.**, participação de 0,44%;
- a **Águas do Tejo Atlântico, S.A.**, participação de 0,12%;
- a **Trevoeste, S.A.**, participação de 0,31%;
- a **Caixa Crédito Agrícola Mútuo Caldas da Rainha, Óbidos Peniche**, participação de 0,0023%;
- o **Centro Operativo e Tecnológico Horticultura Nacional (COTHN)**, participação de 2,02%;
- o **FAM – Fundo de Apoio Municipal**, participação de 0,05%.

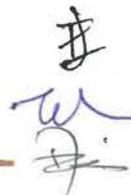
Com efeito, uma vez que o Município de Óbidos não detém a totalidade do capital destas empresas e não detém controlo sobre aquelas entidades, ficam excluídas da obrigatoriedade de consolidação de contas.

MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Tendo em atenção as participações de capital do Município nas entidades consolidadas, foi adotado o método da consolidação integral. Este método consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de fluxos de caixa e na demonstração de alterações no património líquido e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos mapas financeiros e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas. Após a integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, evitando-se assim a duplicação de valores, e são atribuídos os interesses minoritários, ou seja, a parte que a entidade consolidante não controla das participadas. Deste modo, poder-se-á afirmar que as demonstrações financeiras consolidadas de um grupo, são demonstrações financeiras como se de uma única entidade se tratasse.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Na sequência da instabilidade nos países do leste europeu e do médio oriente, a economia mundial revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda difíceis de prever. Pese embora a situação conjuntural nacional e internacional, e tendo por base os elementos financeiros disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade do grupo municipal, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos. Os responsáveis do grupo municipal entendem ter



a capacidade necessária para enfrentar este período mais crítico e de forma pro ativa aguardar que a atividade normal venha a ser retomada o mais rápido possível.

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Un: Euros

Rubricas do Balanço	EXERCÍCIOS	
	2023	2022
ATIVO		
Ativo não corrente	85 249 093,28 €	87 491 614,62 €
Ativos fixos tangíveis	83 651 294,55 €	85 925 940,34 €
Propriedades de investimento	510 332,40 €	435 332,16 €
Ativos intangíveis	254 224,32 €	271 143,34 €
Participações financeiras	833 242,01 €	833 105,97 €
Cientes, contribuintes e utentes	0,00 €	26 092,81 €
Ativo corrente	19 682 402,34 €	16 106 127,08 €
Inventários	301 180,10 €	624 911,95 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	75 540,57 €	75 540,57 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	15 723,27 €	0,00 €
Cientes, contribuintes e utentes	2 341 017,65 €	2 435 227,36 €
Estado e outros entes públicos	75 429,15 €	0,00 €
Outras contas a receber	6 264 766,02 €	5 886 023,26 €
Capital subscrito e não realizado	3 000,00 €	3 000,00 €
Diferimentos	269 027,74 €	40 650,16 €
Caixa e depósitos	10 336 717,84 €	7 040 773,78 €
TOTAL DO ATIVO	104 931 495,62 €	103 597 741,70 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido	89 884 374,27 €	86 350 900,26 €
Património/Capital	40 804 841,60 €	40 804 841,60 €
Reservas	2 631 607,33 €	2 426 268,21 €
Outras reservas	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	23 009 836,65 €	19 897 418,19 €
Ajustamentos em ativos financeiros	-86 925,57 €	0,00 €
Outras variações no património líquido	18 886 288,11 €	18 956 557,44 €
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00 €
Diferenças de consolidação	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	4 478 190,87 €	4 100 276,43 €
Interesses que não controlam	160 535,29 €	165 538,40 €
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	89 884 374,27 €	86 350 900,26 €

PASSIVO		
Passivo não corrente	7 377 652,49 €	9 820 738,56 €
Provisões	2 713 992,21 €	4 082 082,15 €
Financiamentos obtidos	613 181,16 €	1 426 556,74 €
Diferimentos	3 665 880,93 €	3 665 880,93 €
Outras contas a pagar	384 598,19 €	646 218,74 €
Passivo corrente	7 669 468,86 €	7 426 102,88 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00 €	500,00 €
Fornecedores	270 815,78 €	305 429,88 €
Adiantamentos de clientes	41,04 €	1 220,04 €
Estado e outros entes públicos	266 027,09 €	231 292,88 €
Financiamentos obtidos	322 038,20 €	1 220 589,26 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €	2 147,46 €
Outras contas a pagar	2 500 674,18 €	1 466 742,94 €
Diferimentos	4 309 872,57 €	4 198 180,42 €
TOTAL DO PASSIVO	15 047 121,35 €	17 246 841,44 €
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	104 931 495,62 €	103 597 741,70 €

Fonte: Balanço do Município de Óbidos e Relatório, Contas da Óbidos Criativa-EEM e Contas da Obitec 2023

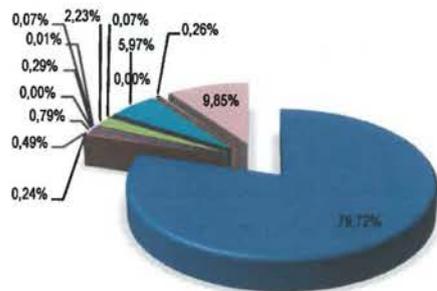
O Balanço consolidado espelha a situação patrimonial do grupo municipal, em 31 de dezembro de 2023, evidenciando a sua posição financeira. Ou seja, o Balanço Consolidado reflete o valor e a natureza dos bens e dos direitos (Ativo), bem como o valor e a natureza das obrigações perante terceiros (Passivo). A diferença entre estes dois agregados designa-se por Património Líquido, e demonstra o património e os resultados que o grupo municipal tem acumulado ao longo dos exercícios económicos.

O Balanço consolidado evidencia um Ativo de 104.931.495,62€, constituído maioritariamente por ativos não correntes, cujo valor ascende a 85.249.093,28€.

Considerando o valor do Ativo inscrito no balanço individual do Município de Óbidos, podemos verificar que ressalta desde logo o peso da influência deste, enquanto entidade consolidante, no valor global do Ativo consolidado, assumindo uma representatividade que ascende aos 99%.

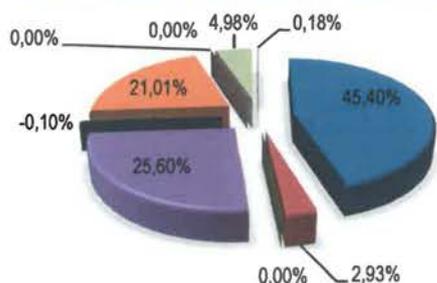
No que respeita ao Património Líquido, este é constituído principalmente pelo Património/Capital social do grupo municipal.

PESO POR RUBRICA DO ATIVO



- Ativos fixos tangíveis
- Propriedades de investimento
- Ativos intangíveis
- Investimentos financeiros
- Clientes, contribuintes e utentes
- Inventarios
- Devedores por transferencias e subsídios não reembolsáveis
- Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis
- Clientes, contribuintes e utentes
- Estado e outros entes públicos
- Outras contas a receber
- Capital subscrito e não realizado
- Diferimentos

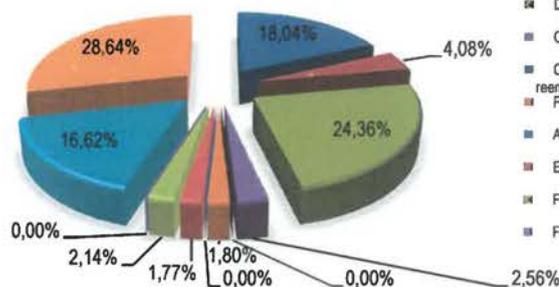
PESO POR RUBRICA DO PATRIMONIO LIQUIDO



- Património/Capital
- Reservas
- Outras reservas
- Resultados transitados
- Ajustamentos em ativos financeiros
- Outras variações no património líquido
- Excedentes de revalorização
- Diferenças de consolidação

Quanto ao Passivo, refere-se que os financiamentos obtidos são exclusivos da entidade consolidante, não havendo registos por partes das entidades consolidadas. Com peso inferior no passivo, temos os fornecedores e as Outras contas a pagar, que são compostas essencialmente por acréscimos de subsídios de férias.

PESO POR RUBRICA DO PASSIVO



- Provisões
- Financiamentos obtidos
- Diferimentos
- Outras contas a pagar
- Credores por transferencias e subsídios não reembolsáveis
- Fornecedores
- Adiantamentos de clientes
- Estado e outros entes públicos
- Financiamentos obtidos
- Fornecedores de investimentos

	2023
RECEBIMENTOS	
Saldo inicial	7 040 773,78
Receitas orçamentais	27 338 688,11
Correntes	26 926 377,11
Capital	412 311,00
PAGAMENTOS	
Despesas orçamentais	-24 832 750,35
Correntes	-21 145 699,28
Capital	-3 687 051,07
Saldo final	10 336 717,84

Fonte: Resumo dos Fluxos de Caixa do Município de Óbidos, Relatório e Contas da Óbidos Criativa-EEM e da Obitec 2023

O mapa dos fluxos de caixa consolidados reflete os movimentos financeiros do grupo municipal ocorridos na gerência de 2023. Do total dos fluxos orçamentais, cerca de 83% respeitam a movimentos relativos à entidade consolidante – Município de Óbidos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1
Impostos, contribuições e taxas	15 626 278,97	12 873 596,29
Vendas	1 320 191,77	1 288 116,99
Prestações de serviços e concessões	6 116 094,83	4 722 586,57
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 280 906,12	4 239 830,98
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	6 290,65	3 416,33
Trabalhos para a própria entidade	9 369,03	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-314 664,91	-326 696,62
Fornecimentos e serviços externos	-9 284 737,00	-7 586 234,30
Gastos com pessoal	-7 415 169,32	-6 368 198,73
Transferências e subsídios concedidos	-1 433 709,56	-1 991 381,94
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19 033,67	12 893,87
Provisões (aumentos/reduções)	1 368 089,94	0,00
Outros rendimentos	868 612,77	1 359 353,35
Outros gastos	-3 128 487,71	-877 622,34
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	8 038 099,25	7 349 660,45
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 393 947,94	-3 108 210,74
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	4 644 151,32	4 241 449,71
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	15,33
Juros e gastos similares suportados	-70 568,10	-113 158,25
Resultado antes de impostos	4 573 583,22	4 128 306,79



Imposto sobre o rendimento do período	-95 546,28	-26 564,34
Resultado Líquido do período	4 478 036,94	4 101 742,45
Resultado Líquido do período atribuível a :		
Detentores do capital da empresa-mãe	4 478 190,87	4 100 276,43
Interesses que não controlam	153,93	-1 466,02
Resultado líquido do grupo	4 478 344,80	4 098 810,41

Fonte: Demonstração de Resultados do Município de Óbidos, Relatório e Contas da Óbidos Criativa-EEM e Contas da Obitec 2023

A Demonstração de Resultados Consolidada coloca em evidência os resultados alcançados pelo grupo municipal, balanceando os rendimentos e os gastos ocorridos ao longo do exercício de 2023. Para o resultado líquido concorrem os resultados positivos do Município de Óbidos (entidade mãe), da Obidos Criativa-EEM (entidade consolidada) e da Obitec (entidade consolidada).

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

INDICADORES FINANCEIROS			2023	Observações
Sustentabilidade a MLP	Solvabilidade	Patrimonio Líquido/Passivo	5,97	Mede a capacidade de solver a totalidade do Passivo (curto, médio e longo prazo), pondo em destaque o grau de independência do grupo municipal face aos seus credores
	Autonomia financeira	Patrimonio Líquido/Ativo	0,86	Compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quanto maior o valor do rácio, menor a dependência do grupo municipal face a financiamentos externos
Equilíbrio curto prazo	Liquidez Geral	Ativo corrente/Passivo corrente	2,57	Mede a capacidade da entidade em fazer face aos compromissos de curto prazo (>1)
	Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo corrente	1,35	
Endividamento	Endividamento	Passivo/Ativo	0,14	Mede o peso dos capitais alheios
	Endividamento MLP	Dívidas MLP/Ativo	0,07	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP
Estrutura de custos	Peso Despesas com pessoal	Gastos com pessoal/Total gastos	0,47	Mede o peso das despesas com o pessoal no total dos custos
	Peso transferências e subsídios	Transferências e subsídios/Total gastos	0,38	Mede o peso das transferências e subsídios no total dos custos
	Peso FSE	FSE/Total gastos	0,02	Mede o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos
	Peso custos financeiros	Gastos financeiros/Total gastos	0,00	Mede o peso dos custos financeiros no total dos custos

Os indicadores financeiros consolidados revelam a tendência já apresentada aquando da prestação de contas individuais, quer pela demonstração do fraco grau de endividamento do grupo municipal, quer pelos elevados

rácios de solvabilidade e autonomia financeira. Também a liquidez geral demonstra a tranquilidade no equilíbrio de tesouraria de curto prazo do grupo municipal.

2. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Como referido acima, as demonstrações orçamentais espelham apenas a realidade da entidade consolidante. Assim, o Orçamento do Município de Óbidos espelha todas as Receitas e Despesas previstas e efetivamente recebidas e pagas em 2023, resultado da atividade municipal ao longo do ano. Esta atividade traduz-se nos investimentos e atividades mais relevantes, mas também nas despesas de funcionamento, empreitadas, transferências e apoios concedidos ao longo do ano a famílias e instituições.

ESTRUTURA ORÇAMENTAL

(Euros)

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA	EXECUÇÃO FINANCEIRA	% EXEC. FÍSICA	% EXEC. FIN.	% PESO P/ RUBRICA
Receitas Correntes	18 568 771,78	23 889 256,10	23 889 256,10	128,7%	128,7%	79,7%
Receitas de Capital	311 803,08	510 454,15	510 454,15	163,7%	163,7%	1,7%
Outras Receitas	5 588 679,10	5 585 308,74	5 585 308,74	99,9%	99,9%	18,6%
Total das Receitas	24 469 253,96	29 985 018,99	29 985 018,99	122,5%	122,5%	100,0%
Despesas Correntes	17 783 989,71	17 465 303,70	16 103 351,65	98,2%	90,5%	73,9%
Despesas de Capital	6 685 264,25	6 185 446,56	5 693 302,32	92,5%	85,2%	26,1%
Total das Despesas	24 469 253,96	23 650 750,26	21 796 653,97	96,7%	89,1%	100,0%

Fonte: Resumo da Execução da Receita e da Despesa 2023

A execução, quer do Orçamento da Despesa, quer do Plano Plurianual de Investimentos, reflete as orientações legais do Orçamento do Estado para 2023, para além das já previstas na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (RFAL) na sua atual redação e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), nomeadamente no que respeita às despesas com pessoal, às dívidas a terceiros (pagamentos em atraso) e aos fundos disponíveis.

De salientar que, em 2023, o Município de Óbidos se enquadra no previsto no n.º 5 do artigo 62.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2023, ou seja, em 2023, as autarquias locais que, em 2022, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, mantêm essa exclusão, salvo se,

em 31 de dezembro de 2020, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Assim, e uma vez que foram cumpridos os requisitos legalmente exigidos em 2023, o Município de Óbidos deixou de estar obrigado ao cumprimento do cálculo e reporte mensais dos fundos disponíveis. Porém, por questões de prudência e de controlo da despesa, manteve-se o cálculo interno dos fundos disponíveis.

A execução do Orçamento, permite saber de forma global ou com maior detalhe as liquidações de receita, os recebimentos efetivos, os compromissos, as obrigações e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2023, em termos globais.

A Receita cobrada líquida é superior à Despesa paga líquida, o que origina um saldo global positivo (saldo para a gerência seguinte). Numa perspetiva de recebimentos e pagamentos, que é a perspetiva da execução orçamental, apenas referir que para o cálculo dos saldos de gerência apresentados se consideraram apenas os movimentos orçamentais. Com caráter informativo, apresenta-se a evolução dos saldos orçamentais dos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO DOS SALDOS ORÇAMENTAIS

(Euros)

Saldos Orçamentais	2019	2020	2021	2022	2023
Saldo corrente	2 492 020,50	2 208 994,34	3 156 029,98	7 633 405,66	7 785 904,45
Saldo de capital	-2 442 987,66	-2 283 002,27	-2 978 010,71	-2 518 151,91	-5 182 848,17
Saldo global	309 943,21	239 722,98	465 063,05	5 583 679,10	8 188 365,02

Fonte: Resumo dos fluxos de caixa anual 2019 a 2023

INDICADORES ORÇAMENTAIS

O desempenho das entidades públicas, em particular os municípios e as freguesias, deve ser analisado numa perspetiva de que estas entidades proporcionam serviços que os cidadãos necessitam, o que pode dificultar a reflexão dos resultados orçamentais e financeiros de forma adequada. Os indicadores de desempenho podem, portanto, constituir uma fonte de informação complementar.

Os indicadores orçamentais, após toda a análise da execução orçamental, permitem corroborar e sintetizar a informação. Senão, vejamos que um grau de execução da receita e da despesa elevados espelham uma previsão de recebimentos e de pagamentos concretizável e adequada à realidade e estrutura orçamental.

O grau de realização das liquidações e das obrigações, muito próximo de execução plena permite conferir uma dívida de e a terceiros com pouca expressividade.

Indicadores	Formula de calculo	2022	2023
Grau de execução orçamental da Receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	111,4%	122,5%
Grau de execução orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida/Dotações corrigidas	84,2%	89,1%
Saldo corrente	Receita corrente-Despesa corrente	7 633 405,66	7 785 904,45
Saldo de capital	Receita de capital - Despesa de capital	-2 518 151,91	-5 182 848,17
Saldo primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	6 339 484,73	4 973 287,76
Saldo global	Receita efetiva-Despesa efetiva	5 729 050,39	3 788 986,84
Grau de realização das liquidações	Recebimentos/Liquidações	98,8%	97,7%
Grau de execução das obrigações	Pagamentos/Obrigações	98,8%	99,2%

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DAS EMPRESAS QUE INTEGRAM O GRUPO MUNICIPAL

As entidades que integram o Grupo Municipal têm conhecido uma evolução muito positiva desde 2021. As contas individuais do Município de Óbidos já foram previamente aprovadas pelos órgãos competentes, apresentando-se agora em anexo as contas individuais da Óbidos Criativa, EM e da Obitec – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, já aprovadas pelas respetivas direções e assembleias gerais.

Quer a nível orçamental, quer a nível financeiro, o Município de Óbidos conheceu uma evolução muito relevante nestes últimos anos. O facto do mercado imobiliário se manter numa fase muito positiva, continua a ter reflexos na arrecadação da receita de IMT, com grande impacto no saldo orçamental, resultados líquidos e na liquidez. Também a continuidade da contenção de despesas contribuiu para a obtenção dos resultados de 2023.

A empresa municipal Óbidos Criativa, EM, sobretudo no que concerne aos eventos, voltou a desempenhar um papel de extrema importância no desenvolvimento económico e turístico da região, voltando a apresentar resultados muito positivos da sua atividade.

De realçar o enorme sucesso do Festival do Chocolate e do Mercado Medieval, que possibilitaram a vinda de milhares de pessoas a Óbidos, com o conseqüente *boost* na economia local e no retorno positivo às contas da empresa. Também o Óbidos Vila Natal voltou a fazer "as delícias" de milhares de crianças, traduzido em resultados positivos. Pese embora a dimensão do Folio seja muito mais reduzida em termos de público alvo, não deixa de ser um evento que eleva o nome de Óbidos muito para além das fronteiras locais, regionais e nacionais, concorrendo indiretamente, mas com grande relevância, para a notoriedade internacional de todo o concelho. A grande inovação em termos de eventos em 2023 foi, sem dúvida alguma o Óbidos Vila Gaming, que logo desde a primeira edição marcou pontos junto do seu público alvo e deste mercado em crescente evolução.

A Obitec desenvolve a sua atividade em várias frentes, como a gestão dos edifícios centrais e respetiva locação dos espaços, a gestão e desenvolvimento do Startup Óbidos, a participação em projetos como o INOV-C e o Premier em parceria com outras entidades, a implementação de projetos direcionados para o público jovem como o D-Code, a organização de eventos técnicos e a parceria na realização de eventos do grupo municipal, como o Folio Tec. Substitui-se ainda ao município na gestão dos lotes do Óbidos Parque, desde a sua manutenção à venda de lotes. A Obitec, a para do Município e da Óbidos Criativa, teve um papel fundamental no êxito do Óbidos Vila Gaming, na sua vertente mais técnica.

Com esta tipologia de atividades, a associação tem um potencial de receitas muito limitadas e pouco diversificadas. Tal como nos anos anteriores, em 2023, a Obitec tem desenvolvido a sua atividade apenas com meios próprios, sem qualquer financiamento ou apoio externo.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

As contas consolidadas foram autorizadas para emissão pelo responsável financeiro do Município, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 11 de junho de 2024.

No que concerne às entidades consolidadas, não se registaram factos suscetíveis de reconhecimento ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

Handwritten signature

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023

BALANÇO CONSOLIDADO 2023

Município de Óbidos
 Óbidos Criativa - EEM
 Obitec - Associação Ciência e Tecnologia

Rubricas do Balanço	EXERCÍCIOS	
	2023	2022
ATIVO		
Ativo não corrente	85 249 093,28 €	87 491 614,62 €
Ativos fixos tangíveis	83 651 294,55 €	85 925 940,34 €
Propriedades de Investimento	510 332,40 €	435 332,16 €
Ativos Intangíveis	254 224,32 €	271 143,34 €
Participações financeiras	833 242,01 €	833 105,97 €
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	26 092,81 €
Ativo corrente	19 682 402,34 €	16 106 127,08 €
Inventários	301 180,10 €	624 911,95 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	75 540,57 €	75 540,57 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	15 723,27 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	2 341 017,65 €	2 435 227,36 €
Estado e outros entes públicos	75 429,15 €	0,00 €
Outras contas a receber	6 264 766,02 €	5 886 023,26 €
Capital subscrito e não realizado	3 000,00 €	3 000,00 €
Diferimentos	269 027,74 €	40 650,16 €
Caixa e depósitos	10 336 717,84 €	7 040 773,78 €
TOTAL DO ATIVO	104 931 495,62 €	103 597 741,70 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido	89 884 374,27 €	86 350 900,26 €
Património/Capital	40 804 841,60 €	40 804 841,60 €
Reservas	2 631 607,33 €	2 426 268,21 €
Outras reservas	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	23 009 836,65 €	19 897 418,19 €
Ajustamentos em ativos financeiros	-86 925,57 €	0,00 €
Outras variações no património líquido	18 886 288,11 €	18 956 557,44 €
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00 €
Diferenças de consolidação	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	4 478 190,87 €	4 100 276,43 €
Interesses que não controlam	160 535,29 €	165 538,40 €
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	89 884 374,27 €	86 350 900,26 €
PASSIVO		
Passivo não corrente	7 377 652,49 €	9 820 738,56 €
Provisões	2 713 992,21 €	4 082 082,15 €
Financiamentos obtidos	613 181,16 €	1 426 556,74 €
Diferimentos	3 665 880,93 €	3 665 880,93 €
Outras contas a pagar	384 598,19 €	646 218,74 €
Passivo corrente	7 669 468,86 €	7 426 102,88 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00 €	500,00 €
Fornecedores	270 815,78 €	305 429,88 €
Adiantamentos de clientes	41,04 €	1 220,04 €
Estado e outros entes públicos	266 027,09 €	231 292,88 €
Financiamentos obtidos	322 038,20 €	1 220 589,26 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €	2 147,46 €
Outras contas a pagar	2 500 674,18 €	1 466 742,94 €
Diferimentos	4 309 872,57 €	4 198 180,42 €
TOTAL DO PASSIVO	15 047 121,35 €	17 246 841,44 €
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	104 931 495,62 €	103 597 741,70 €

Órgão Executivo

Em 14/06/2024

Órgão Deliberativo

Em ___/___/___



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 2023

Município de Óbidos

Óbidos Criativa - EEM

Obitec - Associação Ciência e Tecnologia

RENDIMENTOS E GASTOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1
Impostos, contribuições e taxas	15 626 278,97	12 873 596,29
Vendas	1 320 191,77	1 288 116,99
Prestações de serviços e concessões	6 116 094,83	4 722 586,57
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 280 906,12	4 239 830,98
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	6 290,65	3 416,33
Trabalhos para a própria entidade	9 369,03	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-314 664,91	-326 696,62
Fornecimentos e serviços externos	-9 284 737,00	-7 586 234,30
Gastos com pessoal	-7 415 169,32	-6 368 198,73
Transferências e subsídios concedidos	-1 433 709,56	-1 991 381,94
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19 033,67	12 893,87
Provisões (aumentos/reduções)	1 368 089,94	0,00
Outros rendimentos	868 612,77	1 359 353,35
Outros gastos	-3 128 487,71	-877 622,34
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	8 038 099,25	7 349 660,45
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 393 947,94	-3 108 210,74
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	4 644 151,32	4 241 449,71
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	15,33
Juros e gastos similares suportados	-70 568,10	-113 158,25
Resultado antes de impostos	4 573 583,22	4 128 306,79
Imposto sobre o rendimento do período	-95 546,28	-26 564,34
Resultado Líquido do período	4 478 036,94	4 101 742,45
Resultado Líquido do período atribuível a :		
Detentores do capital da empresa-mãe	4 478 190,87	4 100 276,43
Interesses que não controlam	153,93	-1 466,02
Resultado líquido do grupo	4 478 344,80	4 098 810,41


DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

Rubricas	DFC consolidada	
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	7 500 052,60	4 121 858,64
Recebimentos de contribuintes	14 340 316,24	9 197 565,37
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	4 616 054,75	6 296 415,09
Recebimentos de utentes	469 953,52	230 963,35
Pagamentos a fornecedores	-9 795 937,60	-6 957 253,34
Pagamentos ao pessoal	-7 272 696,98	-5 839 706,01
Pagamentos de transferências e subsídios	-2 596 385,64	-2 166 669,47
Caixa gerada pelas operações	7 261 356,89	4 883 173,63
Outros recebimentos/pagamentos	-1 480 679,06	-566 828,06
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	5 780 677,83	4 316 345,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-1 779 465,52	-3 216 737,99
Pagamentos - Ativos intangíveis	-63 936,00	-46 206,21
Investimentos financeiros	-473 326,37	-2 260,08
Recebimentos provenientes de:	0,00	0,00
Recebimentos - Transferências de capital	0,00	9 063,00
Juros e rendimentos similares	412 311,00	229 284,49
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-1 904 416,89	-3 026 856,79
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Financiamentos obtidos	0,00	500 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-1 244 563,27	-1 121 950,65
Pagamentos - Juros e gastos similares	-125 759,91	-111 513,49
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-1 370 323,18	-733 464,14
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	2 505 937,76	556 024,64
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	7 040 773,78	777 746,88
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	10 336 717,84	7 040 773,78
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	7 040 773,78	777 746,88
Saldo da gerência anterior (SGA)	7 040 773,78	777 746,88
SGA De execução orçamental	6 538 644,11	381 053,89
SGA De operações de tesouraria	502 129,67	396 692,99
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	10 336 717,84	7 040 773,78
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	10 336 717,84	7 040 773,78
SGS De execução orçamental	9 995 744,01	854 166,73
SGS De operações de tesouraria	340 973,83	479 604,79

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO - Líquido

	Ativo	Capital	Reservas	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado
	Patrimônio Líquido	Reserva de Capital	Reserva de Ações	Reserva de Retenções	Reserva de Avaliação	Reserva de Revaloração	Reserva de Transição	Reserva de Provisões	Reserva de Impostos	Reserva de Outros	Reserva de Diferenças	Reserva de Outros	Reserva de Outros
	Patrimônio Líquido	Reserva de Capital	Reserva de Ações	Reserva de Retenções	Reserva de Avaliação	Reserva de Revaloração	Reserva de Transição	Reserva de Provisões	Reserva de Impostos	Reserva de Outros	Reserva de Diferenças	Reserva de Outros	Reserva de Outros
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	40 804 841,60	0,00	0,00	0,00	2 426 268,21	15 562 226,30	4 335 191,89	0,00	18 956 557,44	4 100 276,43	86 185 361,87	165 538,40	86 350 900,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	205 339,12	3 833 891,74	-86 925,57	0,00	-75 269,34	-4 101 742,45	-224 706,50	-5 003,11	-229 709,61
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70 560,00	0,00	0,00	0,00	5 040,00	75 600,00	0,00	75 600,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-75 269,34	0,00	-75 269,34	0,00	-75 269,34
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	205 339,12	3 763 331,74	-86 925,57	0,00	0,00	-4 106 782,45	-225 037,16	-5 003,11	-230 040,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 479 656,89	4 479 656,89	0,00	4 479 656,89
RESULTADO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372 874,44	4 254 950,40	0,00	4 249 947,28
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-721 473,28	0,00	0,00	5 000,01	-716 473,27	-716 473,27	0,00	-716 473,27
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	40 804 841,60	0,00	0,00	0,00	2 631 607,33	18 674 644,76	4 248 266,32	0,00	18 886 288,11	4 478 190,87	89 723 838,99	160 535,28	89 884 374,28

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Denominação	NIPC	Sede	Capital social	Detenção de capital	N.º médio de trabalhadores	Motivos da inclusão	Observações
Município de Óbidos	506802698	Largo de São Pedro 2510-086 Óbidos	-	-	293	Artigo 75.º a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação	Entidade-mãe
Óbidos Criativa-EM	507566343	Largo de São Pedro 2510-086 Óbidos	1 137 886,00	100%	29	Artigo 75.º a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação	Entidade controlada
Obitec - Associação Ciência e Tecnologia	509016715	Casa do Largo da Porta da Vila 2510 - 086 Óbidos	345 700,00	96,09%	3,33	Artigo 75.º a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação	Entidade controlada

Denominação	NIPC	Sede	Capital social	Detenção de capital	Motivos da exclusão	Observações
Águas do Vale do Tejo, S.A.	513606130	Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.21 - r/c 6300-693 GUARDA	83.759.578,00	0,44%	Participação do município inferior a 100% e não é controlada pelo Município	O Município não exerce controlo sobre a entidade
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	514387130	Fábrica da Água de Alcântara Avenida de Ceuta 1300-254 LISBOA	113.527.680,00	0,12%	Participação do município inferior a 100% e não é controlada pelo Município	O Município não exerce controlo sobre a entidade
Trevoeste-Tratamento e Valorização de Resíduos Pecuários, S.A.	507131339	Edifício Merco Alcobaca Av. Prof. Joaquim Vieira Natividade 2460-071 Alcobaca	1 650 805,00 €	0,31%	Participação do município inferior a 100% e não é controlada pelo Município	O Município não exerce controlo sobre a entidade
Centro Operativo e Tecnológico Hortícola Nacional	505813238	Estrada de Leiria 2461-997 Alcobaca	72 250,00 €	2,02%	Participação do município inferior a 100% e não é controlada pelo Município	O Município não exerce controlo sobre a entidade
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/C 1400-195 Lisboa	418 000 000,00 €	0,05%	Participação do município inferior a 100% e não é controlada pelo Município	O Município não exerce controlo sobre a entidade
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche	500965315	Rua Coronel Soeiro de Brito-Apartado 19 2504-909 Caldas da Rainha	21 537 020,00 €	0,0023%	Participação do município inferior a 100% e não é controlada pelo Município	O Município não exerce controlo sobre a entidade

2. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os valores de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2023 e a desagregação dos saldos de caixa e depósitos era a seguinte:

	2023
RECEBIMENTOS	
Saldo inicial	7 040 773,78
Receitas orçamentais	27 338 688,11
Correntes	26 926 377,11
Capital	412 311,00
PAGAMENTOS	
Despesas orçamentais	-24 832 750,35
Correntes	-21 145 699,28
Capital	-3 687 051,07
Saldo final	10 336 717,84

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, prevista no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP) e são apresentadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- A natureza de reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Óbidos continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 14 de junho de 2024, data em que foram objeto de aprovação pelo Órgão Executivo. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 14.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

a) Ativos intangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Vida útil:

A vida útil de um ativo intangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Método de amortização:

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

Desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou

- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

b) Ativos fixos tangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

- No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:
- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente: (infraestruturas + VPT)

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respectivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respectivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

Método de depreciação:

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável. Não é prática corrente a atribuição de valor residual aos ativos fixos tangíveis.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens.
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

c) Propriedades de Investimento

Aplicam-se as mesmas políticas contabilísticas dos AFT – Ativos Fixos Tangíveis.

d) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

e) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o Município de Óbidos se tome numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;

- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.
- Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subsequentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor, que o respetivo ativo tinha antes de, ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

f) Transferências e subsídios

Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- São cumpridas as condições a ele associada; e
- O mesmo é ou será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

g) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o Município determina o “valor esperado” que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação.

Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios

económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

h) Ativos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o Município reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o Município determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

i) Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

a. Prestações de serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento—método da percentagem de acabamento.

b. Vendas de bens

O Município de Óbidos reconhece um rendimento proveniente de uma transação com contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

c. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos aquando da sua atribuição.

d. Juros

Os juros são reconhecidos em função do tempo.

j) Benefícios dos empregados

As entidades do perímetro de consolidação reconhecem um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios econômicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas e pensões.

O Município tem valores a pagar em pensões e a trabalhadores em situação de acidentes de trabalho, sendo que o cálculo das responsabilidades para o futuro assenta num estudo atuarial contratado anualmente a uma empresa especializada.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas.

m) Entidades Controladas ou objeto de influência significativa

O Município de Óbidos aplica o MEP nas suas contas individuais relativamente às entidades que exerça controlo ou influência significativa. São consideradas todas as empresas municipais com participação de 100% e, entidades participadas onde a participação do Município é igual ou superior a 20%.

n) Especialização de exercícios

O Grupo municipal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

o) Permutas

São reconhecidas as contrapartidas em numerário que sejam devidas no ativo, e a entrega de bens por parte do Município, assim como de bens recebidos da contraparte são registados na mesma conta de acordo com a sua natureza devedora ou credora.

As permutas são registadas pelo valor total do bem de investimento a entregar e pelo valor total do bem de investimento a receber, sendo apenas considerada execução de despesa / receita orçamental quando há fluxos monetários. Isto é, apenas os montantes provenientes das diferenças de valor dos bens a permutar são orçamentados.

p) Dações em pagamento

A dação em pagamento é a entrega de um bem pelo devedor, para pagamento de uma dívida ou obrigação já existente.

Neste caso não se trata de permuta, assim os valores são todos orçamentados (quer o valor da dívida á existente, quer o valor da entrega/recebimento do bem).

4. ATIVOS INTANGÍVEIS**4.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS****a) Quantia de escriturada no início e final do período**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

RUBRICAS	Início do período				Final do Período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	600 420,50	588 495,80	0,00	11 924,70	600 420,50	595 534,34	0,00	4 886,16
Programas de computador e sistemas de informação	893 980,05	872 929,64	0,00	21 050,41	897 864,53	879 752,77	0,00	18 111,76
Propriedade industrial e intelectual	205 214,17	202 017,94	0,00	3 196,23	205 214,17	202 065,77	0,00	3 148,40
Outros	310 200,00	75 228,00	0,00	234 972,00	310 200,00	82 122,00	0,00	228 078,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 009 814,72	1 738 671,38	0,00	271 143,34	2 013 699,20	1 759 474,88	0,00	254 224,32

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	11 924,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 038,50	0,00	0,00	4 886,20
Programas de computador e sistemas de informação	21 098,24	3 884,48	0,00	0,00	0,00	0,00	6 870,96	0,00	0,00	18 111,76
Propriedade industrial e intelectual	3 148,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 148,40
Outros	234 972,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 894,00	0,00	0,00	228 078,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	271 143,34	3 884,48	0,00	0,00	0,00	0,00	20 803,46	0,00	0,00	254 224,36

i) Ativos intangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	3.884,48	-	-	-	-	-	-	-	3.884,48
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	3.884,48	-	-	-	-	-	-	-	3.884,48

ii) Ativos intangíveis – Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não se registaram diminuições de Ativos Intangíveis.

5. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

5.1 ACORDO DE CONCESSÃO COM E-REDES – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, SA

a) Descrição do Acordo

Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no município de Óbidos.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a pagamentos, mas sim a recebimentos de uma renda anual.

Quadro 4.1 – Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário			
					Anos anteriores	Ano corrente		Anos futuros
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A	3.665.766,00€	20 anos	-	-	-	-	-
Total					-	-	-	-

A NCP 4 prevê o reconhecimento como ativos de concessão dos bens e equipamentos decorrentes dos contratos de concessão celebrados pelo Município e geridos pelos concessionários, o que implicou o aumento do ativo fixo tangível e do passivo no mesmo montante.

O Município detém um contrato de concessão no âmbito da distribuição de energia elétrica em baixa, com a E-Redes – Distribuição de Energia, S.A., e no ano 2022 foi efetuado um reconhecimento dos ativos afetos ao mencionado contrato.

A atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, e desenvolvida ao abrigo de contratos de concessão outorgados pelos Municípios, o qual implica o pagamento de uma renda anual devida pela exploração da concessão, em conformidade com o disposto no decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro. Este contrato de concessão, envolve a prossecução de um serviço público, no âmbito de uma concessão de serviços em nome do concedente, o Município de Óbidos.

b) Aspetos principais do Acordo

A data de início da concessão é o dia 25 de julho de 2001.

A concessão é feita pelo prazo de 20 anos, renovável por iguais períodos.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do Período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	886 609,84	-	-	886 609,84	886 609,84	-	-	886 609,84
Edifícios e outras construções	327 602,17	327 602,17	-	-	557 488,22	343 882,96	-	213 605,26
Infraestruturas	42 764 351,20	22 425 705,05	-	20 338 646,15	43 188 368,06	24 328 262,41	-	18 860 105,65
Património histórico, artístico e cultural	122 721,71	-	-	122 721,71	122 721,71	-	-	122 721,71
Outros bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	44 101 284,92	22 753 307,22	-	21 347 977,70	44 755 187,83	24 672 145,37	-	20 083 042,46
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos								
Terrenos e recursos naturais	14 480 721,56	-	-	14 480 721,56	13 816 973,94	-	-	13 816 973,94
Edifícios e outras construções	49 871 046,96	8 423 536,09	-	41 447 510,87	54 548 859,07	9 468 466,92	-	45 080 392,15
Equipamento básico	3 735 967,64	3 439 247,46	-	296 720,18	4 042 661,11	3 542 065,02	-	500 596,09
Equipamento de transporte	2 546 059,27	2 112 976,87	-	433 082,40	2 896 598,14	2 296 843,71	-	599 754,43

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2023

Equipamento administrativo	2 349 351,95	2 059 496,75	-	289 855,20	2 602 839,14	2 352 460,03	-	250 379,11
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2 228 156,46	1 994 712,19	-	233 444,27	2 202 508,16	1 909 316,34	-	293 191,82
Ativos fixos tangíveis em curso	7 396 628,16	-	-	7 396 628,16	3 026 964,55	-	-	3 026 964,55
Subtotal	82 607 932,00	18 029 969,36	-	64 577 962,64	83 137 404,11	19 569 152,02	-	63 568 252,09
Total	126 709 216,92	40 783 276,58	-	85 925 940,34	127 892 591,94	44 241 297,39	-	83 651 294,55

b) Ativos fixos tangíveis - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	886 609,84	-	-	-	-	-	-	-	-	886 609,84
Edifícios e outras construções	-	237 339,18	-	-	-	-	23 733,92	-	-	213 605,26
Infraestruturas	20 338 646,15	424 016,86	-	-	-	-	1 902 557,36	-	-	18 860 105,65
Patrimônio histórico, artístico e cultural	122 721,71	-	-	-	-	-	-	-	-	122 721,71
Outros bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21 347 977,70	661 356,04	-	-	-	-	1 926 291,28	-	-	20 083 042,46
Outros ativos fixos										
Terrenos e recursos naturais	14 480 721,56	1 482 772,84	319 481,95	-	-	-	-	-	2 466 002,41	13 816 973,94
Edifícios e outras construções	41 447 510,87	5 595 112,36	-	-	-	-	1 171 842,26	-	790 388,82	45 080 392,15
Equipamento básico	296 720,18	321 537,17	(713,04)	-	-	-	33 026,43	-	-	584 517,88
Equipamento de transporte	433 082,40	352 018,04	-	-	-	-	83 921,79	-	-	701 178,65
Equipamento administrativo	289 855,20	107 294,64	713,04	-	-	-	232 985,27	-	17,32	164 860,29
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	99 827,19	-	-	(99 827,19)
Outros	233 444,27	119 885,44	-	-	-	-	60 137,89	-	-	293 191,82
Ativos fixos tangíveis em curso	7 396 628,16	873 292,94	(5 241 358,80)	-	-	-	-	-	1 597,75	3 026 964,55
Subtotal	64 577 962,64	8 851 913,43	(4 921 876,85)	-	-	-	1 681 740,83	-	3 258 006,30	63 568 252,09
Total	85 925 940,34	9 513 269,47	(4 921 876,85)	-	-	-	3 608 032,11	-	3 258 006,30	83 651 294,55

i) Ativos fixos tangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2023

Handwritten initials and signature

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	235 520,42	1 818,76	-	-	-	-	-	-	-	237 339,18
Infraestruturas	285 000,97	-	-	-	-	-	-	-	139 015,89	424 016,86
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	520 521,39	1 818,76	-	-	-	-	-	-	139 015,89	661 356,04
Outros ativos fixos										
Terrenos e recursos naturais	-	409 497,00	-	-	-	-	-	-	1 073 275,84	1 482 772,84
Edifícios e outras construções	3 853 746,31	1 531 850,11	-	-	-	-	-	-	209 515,94	5 695 112,36
Equipamento básico	14 151,60	306 463,17	-	-	-	-	-	-	922,40	321 537,17
Equipamento de transporte	48 765,54	302 036,89	-	-	-	-	-	-	1 215,61	352 018,04
Equipamento administrativo	290,23	106 782,38	-	-	-	-	-	-	222,03	107 294,64
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	119 716,84	-	-	-	-	-	-	168,60	119 885,44
Ativos fixos tangíveis em curso	-	873 292,94	-	-	-	-	-	-	-	873 292,94
Subtotal	3 916 953,68	3 649 639,33	-	-	-	-	-	-	1 285 320,42	8 851 913,43
Total	4 437 475,07	3 651 458,09	-	-	-	-	-	-	1 424 336,31	9 513 269,47

ii. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes diminuições:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições						Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2023

Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos						
Terrenos e recursos naturais	1 272 000,01	0,00	0,00	0,00	1 194 002,40	2 466 002,41
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	790 388,82	790 388,82
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	17,32	17,32
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	1 597,75	1 597,75
Subtotal	1 272 000,01	0,00	0,00	0,00	1 986 006,29	3 258 006,30
Total	1 272 000,01	0,00	0,00	0,00	1 986 006,29	3 258 006,30

7. LOCAÇÕES

7.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023, apresentam-se os seguintes bens em regime de locação financeira, como locatária:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada liquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registradas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Viaturas e outro material de transporte											
Tres Viaturas ligeiras comerciais-LOTE 1	42 744,00	10 357,63	806,37	16 540,49	92,57	10 517,89	15 685,62	0,00	26 203,51	26 203,51	
Veiculo elet.,Renault Kangoo ZE-LOTE 4	22 281,60	5 340,36	569,00	6 238,32	651,14	5 423,26	10 620,02	0,00	16 043,28	16 043,28	
Veiculo elet.,Renault Zoe 40 Zen-LOTE 5	23 062,48	5 528,78	589,08	6 453,36	679,18	5 603,70	11 005,42	0,00	16 609,12	16 609,12	
Maquinaria e equipamento											
Varredoura com Sistema Hidráulico	24 538,50	4 909,76	335,55	12 279,24	691,23	5 041,43	2 629,33	0,00	7 670,76	7 670,76	
Retroescavadora New Holland B110	73 800,00	17 883,18	1 392,24	28 558,37	1 589,38	18 159,49	27 082,14	0,00	45 241,63	45 241,63	
Roçadora Hidraulica FERRI TXV50.12	21 690,00	5 255,70	409,19	8 393,06	467,12	5 324,80	7 972,14	0,00	13 296,94	13 296,94	
Total	208 116,58	49 275,41	4 101,43	78 462,84	4 170,62	50 070,57	74.994,67	0,00	125.065,24	125.065,24	0,00

7.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023, não se registaram bens em regime de locação operacional, como locatário.

7.3. LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCADORES

Em 31 de dezembro de 2023, não se registraram bens em regime de locação operacional, como locador.

8. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro	
				Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total				
Médio e Longo Prazo															
Caixa Crédito Agrícola Mútuo Óbidos	22/12/16	7/2/17	15	525 000,00	513 438,07	141 345,97	19 837,15	161 183,12	372 092,10	7 779,87	379 871,97	0,00	372 092,10	0,00	
Banco BPI	25/5/09	3/9/09	15	2 990 000,00	2 990 000,00	2 516 143,26	530 563,54	3 046 706,80	473 856,74	14 787,09	488 643,83	0,00	473 856,74	0,00	
Instituto de Tesouraria e Crédito Público (IGCP)	16/11/12	18/12/12	14	3 839 743,76	3 630 627,93	2 585 711,82	481 786,76	3 067 498,58	261 228,98	20 378,46	281 607,44	0,00	1 044 916,11	783 687,13	
Total				7 354 743,76	7 134 066,00	5 243 201,05	1 032 187,45	6 275 388,50	1 107 177,82	42 945,42	1 150 123,24	0,00	1 890 864,95	783 687,13	

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Pela aplicação do novo normativo contabilístico, procedeu-se no início de 2021 à reclassificação de bens afetos ao arrendamento, em que os valores pagos ao Município se encontram equiparados aos valores de mercado.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade (4)	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições (9)	
Propriedades de investimento									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	116 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116 500,00
Edifícios e outras construções	318 832,16	0,00	75 600,00	599,76	0,00	0,00	0,00	0,00	393 832,40
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	435 332,16	0,00	75 600,00	599,76	0,00	0,00	0,00	0,00	510 332,40

10. INVENTÁRIOS

RUBRICA	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	59 898,95	0,00	59 898,95
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	241 281,15	0,00	241 281,15
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	301 180,10	0,00	301 180,10

11. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

Venda de bens – O rendimento é reconhecido aquando da transmissão e passagem de direitos e responsabilidades.

Prestação de serviços – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do juro efetivo.

Dividendos – O rendimento é reconhecido quando colocado à disposição.

b) Quantia da cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, têm a seguinte decomposição:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em Resultados
Prestações de serviços	6 116 094,83
Saneamento	834 953,97
Resíduos sólidos	592 161,76
Aluguer de contador e orçamento ramal	284 764,89
Serviços sociais	325 279,41
Cemitérios	3 966,00
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	249 664,72
Arrendamento	657 728,85
Eventos	2 387 867,34
Alugueres e concessões	521 428,86
Visitas guiadas/Formações/workshops	3 886,78
Outros	254 392,25
Vendas	1 320 191,77
Livros e documentação técnica	0,00

Água	1 306 240,62
Refeições confeccionadas - Refeitório Municipal	3 710,37
Outros	10 240,78
Subtotal	7 436 286,60
Rendimentos suplementares	-
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	
Juros obtidos	0,00
Dividendos obtidos	0,00
Subtotal	-
Total	7 436 286,60

12. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023, têm a seguinte decomposição:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Imposto Municipal Sobre Imóveis	3 816 457,26	-	-	-	-
Imposto Único de Circulação	450 588,52	-	-	-	-
Subtotal	4 267 045,78	-	-	-	-
Impostos indiretos					
Loteamento e Obras	54 104,00	-	-	-	-
Ocupação da via pública	537,19	-	-	-	-
Publicidade	10 502 756,40	-	-	-	-
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	7 612,79	-	-	-	-
Taxa municipal direitos passagem	301 716,00	-	-	-	-
Controlo metrologico	4 414,52	-	-	-	-
Subtotal	10 871 140,90	-	-	-	-
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	420 009,27	-	-	-	-
Multas e outras penalidades	41 753,03	-	-	-	-
Subtotal	461 762,30	-	-	-	-
Transferências Correntes (sem condição)					
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 772 711,00	-	-	-	-
FSM - Fundo Social Municipal	294 263,00	-	-	-	-
Participação no IRS	116 508,00	-	-	-	-
Outras	137 574,90	-	-	-	-
Transferências Correntes (com condição)					
Serviços de fundos autónomos	42 461,82	-	-	-	-
Sociedades e quase sociedades não financeiras	-	-	-	-	-

Resto do mundo	266 991,40				
Outras	1 262 703,70	-	-	-	-
Subtotal	3 893 213,82	-	-	-	-
Subsídios Correntes (sem condição)	-	-	-	-	-
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	491 290,54	-	-	-	-
Total	19 984 453,34	-	-	-	-

13. PROVISÕES

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total de diminuições	
Impostos, contribuições e taxas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Garantias a clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Processos judiciais em curso	3 582 082,15	-	-	-	-	-	-	1 368 089,94	1 368 089,94	2 213 992,21
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Matérias ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Contratos onerosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Reestruturação e reorganização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Outras provisões	500 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	500 000,00
Total	4 082 082,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 368 089,94	1 368 089,94	2 713 992,21

14. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros encontram-se relevados pelo justo valor, sendo posteriormente reconhecidos pelo justo valor e pelo custo amortizado menos perdas por imparidade.

A rubrica de depósito à ordem está mensurada pelo justo valor.

Ativos Financeiros

Rubricas	31/12/2023
Caixa	3 219,07
Depósitos bancários	10 333 498,77
	10 336 717,84
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	
Protocolos	0,00
Contratos Programa	0,00
Outros	0,00
Fundos Comunitários	75 540,57
	75 540,57
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis obtidos	
Clientes, contribuintes e utentes	
Clientes c/c	307 948,55
Contribuintes	19 032,73
Utentes	601 843,81
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2 072 565,27
Perdas por imparidade acumuladas	-660 372,71
	2 341 017,65
Outras contas a receber	
Devedores por acréscimos - Impostos e taxas imputados ao período	5 218 876,78
Devedores por acréscimos - Outros	884 795,93
Outros devedores	224 102,37
Perdas por imparidade acumuladas - Fornecedores de investimento	-63 009,06
	6 264 766,02
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00
Outros ativos financeiros	0,00
	8 681 324,24
	19 018 042,08

15.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Em 2023, os passivos Financeiros Consolidados, refletem os seguintes valores:

Rubricas	31/12/2023
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	613 181,16
Outras contas a pagar	
12 meses Cauções de Terceiros - Exigível a mais de	340 742,74
Outros credores - Outros	43 855,45
Subtotal	997 779,35
Passivo corrente	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	
Fundos comunitários	-
	-
Fornecedores	
Fornecedores conta corrente	143 916,78
Fornecedores conta corrente-com garantias	150,00
Fornecedores - faturas em recepção e conferencia	126 749,00
	270 815,78
Fornecedores de investimentos	
Fornecedores de investimentos conta corrente	0,00
Faturas em recepção e conferencia	0,00
	0,00
Financiamentos obtidos	
Financiamentos bancários	261 228,98
Outros financiamentos	60 809,22
	322 038,20
Outras contas a pagar	
Credores por acréscimos de gastos	1 296 914,63
Sindicatos	0,00
Outros credores	1 203 759,55
Pessoal	0,00
	2 500 674,18
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00
Outros passivos financeiros	0,00
Subtotal	3 093 528,16
Total	4 091 307,51

15.3. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS QUE NÃO SEJAM PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL EM ENTIDADES CONTROLADAS, ASSOCIADAS OU ACORDOS CONJUNTOS

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
			Compras	Reversões de perdas por imparid	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital - Custo									
COTHN	2,02%	0,00	-	-	1 500,00	-	-	-	1 500,00
Trevoeste - Tratamento Valoriz. Resíduos Pec., SA	0,31%	0,00	-	-	5 125,00	-	-	-	5 125,00
Águas do Vale do Tejo, SA	0,44%	0,00	-	-	370 193,00	-	-	-	370 193,00
Águas do Tejo Atlântico, SA	0,12%	0,00	-	-	131 237,00	-	-	-	131 237,00
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,0005%	324 774,00	-	-	-	-	-	-	324 774,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	0,002%	498,80	-	-	-	-	-	-	498,80
Total		325 272,80	0,00	0,00	508 055,00	0,00	0,00	0,00	833 327,80

16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas de Gastos com Pessoal, decompõe-se como segue:

Rubricas	2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	279 407,16
Remunerações do pessoal	5 612 875,96
Benefícios pós-emprego	0,00
Encargos sobre remunerações	1 275 586,90
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	72 104,20
Outros gastos com o pessoal	175 195,10
	7 415 169,32

17. PARTES RELACIONADAS

Quadro 17.1 – Divulgação de partes relacionadas – Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo final
		Direto	Indireto	
Óbidos Criativa, EEM	Óbidos	100%	0%	100%
Obitec - Associação Óbidos Ciência e Tecnologia	Óbidos	96,09%	0%	96,09%

Quadro 17.2 – Divulgação de partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Gastos						
Óbidos Criativa, EEM	Entidade controlada	Contrato programa	437 000,00	99,15%	-	
Obitec	Entidade controlada	Aquisição de serviços	3 730,10	0,85%	-	
		Total	440 730,10		-	
Rendimentos						
Óbidos Criativa, EEM	Entidade controlada	Prestação de serviços	99,42	100,00%	-	
Obitec	Entidade controlada		-	0,00%	-	
		Total	99,42		-	

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Periodicidade : Mensal
 Período : Mensal Após Apuramento dos Resultados

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
 MUNICÍPIO DE OBIDOS

Pág. : 1
 Acumulados : S Ano : 2023

F
ca
D

Período : 2023/01/01 2023/12/31

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	5.583.679,10				502.129,67	6.085.808,77	944.667,84
RI01	Operações orçamentais [1]	5.583.679,10					5.583.679,10	465.063,05
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					502.129,67	502.129,67	479.604,79
RA02	Receita corrente	23.889.256,10					23.889.256,10	21.883.162,97
R1	Receita fiscal	14.270.761,66					14.270.761,66	12.942.728,37
RI.1	Impostos diretos	13.978.228,71					13.978.228,71	12.796.646,12
RI.2	Impostos indiretos	292.532,95					292.532,95	146.082,25
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	539.508,10					539.508,10	468.060,92
R4	Rendimentos de propriedade	780.387,42					780.387,42	586.048,71
R5	Transferências e subsídios correntes	4.468.469,66					4.468.469,66	4.312.892,04
R5.1	Transferências correntes	4.468.469,66					4.468.469,66	4.312.892,04
R5.1.1	Administrações Públicas	4.352.256,43					4.352.256,43	4.288.168,06
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4.309.851,91					4.309.851,91	4.266.910,25
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	42.404,52					42.404,52	21.257,81
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - U E	116.213,23					116.213,23	8.723,98
R5.1.3	Outras							16.000,00
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	3.772.444,61					3.772.444,61	3.513.847,57
R7	Outras receitas correntes	57.684,65					57.684,65	59.585,36
RA03	Receita de capital	510.454,15					510.454,15	1.235.808,06
R8	Venda de bens de investimento							23.400,00
R9	Transferências e subsídios de capital	426.289,39					426.289,39	1.104.307,61
R9.1	Transferências de capital	426.289,39					426.289,39	1.104.307,61
R9.1.1	Administrações Públicas	426.289,39					426.289,39	1.104.307,61
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	426.289,39					426.289,39	1.104.307,61
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital	84.164,76					84.164,76	108.100,45
RA04	Receita efetiva [2]	24.401.339,89					24.401.339,89	23.122.333,33
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1.629,64					1.629,64	3.362,30
RA05	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	29.985.018,99					29.985.018,99	23.587.396,38
ROT1	Operações de tesouraria [B]					98.881,91	98.881,91	99.726,32
DA01	Despesa corrente	16.103.351,65					16.103.351,65	14.249.757,31
D1	Despesas com o pessoal	6.517.325,30					6.517.325,30	5.511.576,15

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

Período : 2023/01/01 2023/12/31

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5.012.985,21					5.012.985,21	4.201.965,64
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	194.925,48					194.925,48	171.718,24
D1.3	Segurança social	1.309.414,61					1.309.414,61	1.137.892,27
D2	Aquisição de bens e serviços	7.602.920,26					7.602.920,26	6.727.032,69
D3	Juros e outros encargos	114.169,33					114.169,33	104.864,00
D4	Transferências e subsídios correntes	1.654.370,26					1.654.370,26	1.714.203,51
D4.1	Transferências correntes	1.213.370,26					1.213.370,26	1.263.203,51
D4.1.1	Administrações Públicas	380.521,47					380.521,47	444.657,45
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	115.156,60					115.156,60	116.380,65
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	265.364,87					265.364,87	328.276,80
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	781.480,79					781.480,79	770.490,41
D4.1.3	Famílias	41.368,00					41.368,00	48.055,65
D4.1.4	Outras	10.000,00					10.000,00	
D4.2	Subsídios Correntes	441.000,00					441.000,00	451.000,00
D5	Outras despesas correntes	214.566,50					214.566,50	192.080,96
DA02	Despesa de capital	4.509.001,40					4.509.001,40	3.143.525,63
D6	Aquisição de bens de capital	3.154.646,94					3.154.646,94	2.379.527,38
D7	Transferências e subsídios de capital	1.354.354,46					1.354.354,46	763.998,25
D7.1	Transferências de capital	1.354.354,46					1.354.354,46	763.998,25
D7.1.1	Administrações Públicas	717.130,19					717.130,19	702.405,18
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	717.130,19					717.130,19	702.405,18
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	90.140,17					90.140,17	61.593,07
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras	547.084,10					547.084,10	
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	20.612.353,05					20.612.353,05	17.393.282,94
DA04	Despesa não efetiva [6]	1.184.300,92					1.184.300,92	610.434,34
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	1.184.300,92					1.184.300,92	610.434,34
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	21.796.653,97					21.796.653,97	18.003.717,28
DOT1	Operações de tesouraria [C]					260.037,75	260.037,75	77.201,44
DA06	Saldo para a gerência seguinte	8.188.365,02				340.973,83	8.529.338,85	6.085.808,77
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	8.188.365,02					8.188.365,02	5.583.679,10
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					340.973,83	340.973,83	502.129,67
DA09	Saldo global [2] - [5]	3.788.986,84					3.788.986,84	5.729.050,39
DA10	Despesa primária	20.498.183,72					20.498.183,72	17.288.418,94
DA11	Saldo corrente	7.785.904,45					7.785.904,45	7.633.405,66
DA12	Saldo de capital	-3.998.547,25					-3.998.547,25	-1.907.717,57
DA13	Saldo primário	3.903.156,17					3.903.156,17	5.833.914,39
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	29.985.018,99					29.985.018,99	23.587.396,38
DA15	Despesa total [5] + [6]	21.796.653,97					21.796.653,97	18.003.717,28

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

Handwritten signature and initials

Período : 2023/01/01 - 2023/12/31 Visualizar Contas s/ Mov. ? N Acumulados : S

Euros

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Desembolsos diferidos	Receita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros					
								Debitos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	
01	RECEITA CORRENTE	10.568.771,70	-6.495.317,49	958.401,72	24.598.478,41	502.791,66	24.329.127,76	438.871,66	438.871,66	629.119,09	23.259.137,01	23.889.256,10	1.604.833,37	7.494,01	1.518,02					
0101	Impostos diretos	14.298.756,70	-3.678.472,01		14.398.115,71	419.887,00	14.398.115,71	419.887,00	419.887,00		13.978.228,71	13.978.228,71								
010101	Sobre o rendimento																			
010102	Outros	10.280.756,70	-3.678.472,01		14.398.115,71	419.887,00	14.398.115,71	419.887,00	419.887,00		13.978.228,71	13.978.228,71								
01010201	Imposto municipal sobre imóveis	3.507.645,40	-131.277,28		3.633.639,36	197.287,16	3.633.639,36	197.287,16	197.287,16		3.456.372,20	3.456.372,20								
01010203	Imposto único de circulação	379.883,86	-66.846,37		449.882,39	3.152,94	449.882,39	3.152,94	3.152,94		446.729,45	446.729,45								
01010204	Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis	6.331.224,22	-3.743.902,84		10.294.573,65	219.446,90	10.294.573,65	219.446,90	219.446,90		10.075.127,06	10.075.127,06								
01010207	Impostos abolidos																			
02	Impostos indirectos	183.865,33	-117.668,35	23.869,73	290.836,80	2.340,85	292.532,95			4.837,00	287.695,95	292.532,95		19.832,73						
0201	Sobre o consumo																			
0202	Outros	183.865,33	-117.668,35	23.869,73	290.836,80	2.340,85	292.532,95			4.837,00	287.695,95	292.532,95		19.832,73						
020206	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	183.865,33	-117.668,35	23.869,73	290.836,80	2.340,85	292.532,95			4.837,00	287.695,95	292.532,95		19.832,73						
03	Contribuições para Seguranga Social, Caixa Geral de Aposentações e AOS																			
0301	Sistema previdencial																			
0302	Regimes complementares e especiais																			
0303	Caixa Geral de Aposentações e AOS																			
04	Taxas, multas e outras penalidades	266.772,63	-354.294,77	51.727,95	577.559,23	8.215,78	539.580,10			14.182,58	525.397,52	539.580,10		81.539,30						
0401	Taxas	217.359,26	-334.420,06	51.623,96	508.371,14	8.215,78	470.557,34			14.182,25	456.375,09	470.557,34		81.221,90						
0402	Taxas especificas das autarquias locais	217.359,26	-334.420,06	51.623,96	508.371,14	8.215,78	470.557,34			14.182,25	456.375,09	470.557,34		81.221,90						
04022301	Mercados e feiras	165,50	46,50		125,00		125,00				125,00	125,00								
04022302	Loteamentos e obras	97.568,40	-61.809,00	29.332,96	136.976,52	6.934,00	129.772,00			110,00	129.662,00	129.772,00		29.695,40						
04022303	Ocupação de via pública	4.522,61	1.191,46		3.331,15		3.331,15				3.331,15	3.331,15								
04022309	Outras taxas especificas das autarquias locais	115.102,75	-271.842,94	22.296,00	367.856,47	1.281,78	337.328,19			14.072,25	323.256,94	337.328,19		51.616,50						
040223901	Taxa Depósito Fiche Técnica de Habitação (TDFH)	1,00	1,00																	
040223902	Taxa pela emissão do certificado de registo	640,63	6,63		905,00	45,00	966,00				860,00	866,00								
040223904	Taxa Turística	78.352,50	-243.799,50	21.435,60	302.587,60	801,00	291.142,60			13.582,00	277.560,60	291.142,60		32.016,60						
040223999	Outras	34.884,62	-38.045,07	855,00	64.824,47	355,78	45.327,19			90,25	45.236,94	45.327,19		19.685,50						
0402	Multas e outras penalidades	49.413,37	-19.874,71	183,99	69.184,89		68.950,76			0,33	68.950,43	68.950,76		337,32						
040201	Juros de mora	27.850,77	-1.412,19	37,54	26.325,42		26.325,59			0,33	26.325,26	26.325,59		37,37						
040202	Juros compensatórios	6.216,53	-15.120,15		23.344,68		23.344,68				23.344,68	23.344,68								
040204	Coisas e penalidades por contra-ordenações	2.839,50	-842,00		3.681,50		3.440,00				3.440,00	3.440,00		233,50						
040209	Multas e penalidades diversas	18.406,57	-2.492,37	65,45	12.832,49		12.832,49				12.832,49	12.832,49		65,45						
05	Recebimentos de propriedade	680.282,12	-172.095,30		700.387,42		700.387,42				700.387,42	700.387,42								
0501	Juros - Sociedades e quase-sociedades não financeiras																			
0502	Juros - Sociedades financeiras	100,00	100,00																	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	100,00	100,00																	
0503	Juros - Administrações Públicas																			
0504	Juros - Resto do mundo																			
0507	Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras	6.200,00	-1.990,65		6.290,65		6.290,65				6.290,65	6.290,65								
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00																		
050709	Outras	6.100,00	-1.990,65		6.290,65		6.290,65				6.290,65	6.290,65								
0509	Participações nos lucros de administrações públicas	100,00	100,00																	
050909	Outras	100,00	100,00																	
	Total :	10.763.634,66	-4.153.217,78	75.597,68	15.271.998,38	436.443,63	15.236.447,41	419.887,00	419.887,00	13.019,58	14.797.540,43	14.816.560,41	160.532,43							

Período : 2023/01/01 - 2023/12/31 Visualizar Contas s/ Mov. ? N Acumulados : S

Banco

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Descontos e Destruições		Receitas Cobradas Líquidas			Descontos diferidos	Receita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros					
								Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	
0310	Receitas	602.792,12	-170.304,43	774.096,77	774.096,77		774.096,77			774.096,77	774.096,77									
051001	Terenos	35.044,00	2.405,07	32.534,93	32.534,93		32.534,93			32.534,93	32.534,93									
051003	Habitacões	100,00	100,00																	
051004	Edifícios	12.400,00	12.400,00																	
051005	Bens de dominio público	355.192,12	-185.309,72	741.501,84	741.501,84		741.501,84			741.501,84	741.501,84									
051009	Outros	100,00	100,00																	
06	Transferências correntes	4.678.945,00	214.475,34	4.468.469,66	4.468.469,66		4.468.469,66			4.468.469,66	4.468.469,66									
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	300,00	300,00																	
060101	Públicas	200,00	200,00																	
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00	100,00																	
06010109	Outras	100,00	100,00																	
060102	Privadas	100,00	100,00																	
0602	Sociedades financeiras																			
0603	Administração central	4.678.245,00	325.909,57	4.352.256,43	4.352.256,43		4.352.256,43			4.352.256,43	4.352.256,43									
060301	Estado	4.404.145,00	314.037,49	4.170.107,51	4.170.107,51		4.170.107,51			4.170.107,51	4.170.107,51									
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.921.570,00	263.704,00	1.658.266,00	1.658.266,00		1.658.266,00			1.658.266,00	1.658.266,00									
06030102	Fundo Social Municipal	293.381,00	-18.802,00	294.263,00	294.263,00		294.263,00			294.263,00	294.263,00									
06030103	Participação fixa no IAS	102.514,00	-13.554,00	116.500,00	116.500,00		116.500,00			116.500,00	116.500,00									
06030104	Fundo de Financiamento das Freguesias	1.481.000,00	330.266,00	1.141.734,00	1.141.734,00		1.141.734,00			1.141.734,00	1.141.734,00									
06030106	Transferência de competências - Lei n.º 58/2018	570.100,00	-205.001,00	775.501,00	775.501,00		775.501,00			775.501,00	775.501,00									
06030109	Outras	139.700,00	-39.655,51	179.435,51	179.435,51		179.435,51			179.435,51	179.435,51									
060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	139.700,00	19.255,40	139.744,40	139.744,40		139.744,40			139.744,40	139.744,40									
060307	Serviços e fundos autónomos	55.100,00	-7.304,52	42.404,52	42.404,52		42.404,52			42.404,52	42.404,52									
06030701	Transferência de competências - Lei n.º 58/2018	100,00	100,00																	
06030709	Outras	35.000,00	-7.404,52	42.404,52	42.404,52		42.404,52			42.404,52	42.404,52									
0604	Administração regional																			
0605	Administração local	100,00	100,00																	
060501	Continente	100,00	100,00																	
06050109	Outros	100,00	100,00																	
060502	Região Autónoma dos Açores																			
060503	Região Autónoma da Madeira																			
0606	Segurança social																			
0607	Instituições sem fins lucrativos	100,00	100,00																	
060701	Instituições sem fins lucrativos	100,00	100,00																	
0608	Famílias																			
0609	Baixo do mundo	200,00	-116.113,23	116.213,23	116.213,23		116.213,23			116.213,23	116.213,23									
060904	União Europeia - Países andorros	100,00	-116.113,23	116.213,23	116.213,23		116.213,23			116.213,23	116.213,23									
060905	Países terceiros e organizações internacionais	100,00	100,00																	
07	Venda de bens e serviços correntes	2.458.500,00	-2.290.184,00	882.404,00	4.025.850,85	151.979,89	3.703.429,27	10.984,66	10.984,66	601.099,51	3.171.345,10	3.772.444,61	904.239,39	7.694,01	1.510,42					
0701	Venda de bens	1.130.500,00	-650.075,43	454.977,56	1.713.096,63	100.301,16	1.571.474,66	0.750,40	0.750,40	204.347,42	1.270.376,76	1.560.704,18	497.049,25	6.293,42	1.335,46					
070102	Livros e documentação técnica	100,00	-400,00		500,00	10,00	500,00				500,00	500,00								
070103	Publicações e impressos	100,00	100,00																	
070105	Bens inutilizados	100,00	100,00																	
070107	Produtos alimentares e bebidas	150.000,00	-7.310,12	157.310,12			157.310,12				157.310,12	157.310,12								
070110	Mercadorias	100,00	100,00																	
07010999	Outros	100,00	100,00																	
070110	Despeçamentos, resíduos e refugo																			
070111	Produtos acabados e intermédios	900.000,00	-920.175,31	454.977,56	1.553.400,51	100.291,16	1.433.576,54	0.750,40	0.750,40	204.347,42	1.220.470,64	1.404.826,06	435.349,25	6.293,42	1.335,46					
07011102	Óleos	900.000,00	-920.175,31	454.977,56	1.553.400,51	100.291,16	1.433.576,54	0.750,40	0.750,40	204.347,42	1.220.470,64	1.404.826,06	435.349,25	6.293,42	1.335,46					
07011109	Outros	100,00	-2.400,00		2.500,00							2.500,00								
0702	Serviços	1.626.500,00	-1.209.561,74	390.445,81	1.950.214,50	42.590,59	1.870.028,81	2.234,18	2.234,18	257.044,96	1.610.730,65	1.867.719,63	370.266,11	1.392,59	173,00					
	Total :	17.177.171,70	-5.043.120,52	530.575,44	22.228.461,45	530.744,79	22.050.408,50	428.637,40	428.237,40	303.367,00	21.210.484,02	21.621.851,02	590.441,20	6.293,42	1.335,46					

Dúbita	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brotas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Rescimentos diferidos	Receita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros					
								Débitos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	100,00	-57.810,00		57.510,00		57.510,00				57.510,00	57.510,00								
070203	Vistorias e ensaios	100,00	100,00																	
070203	Serviços sociais, recreativos, culturais e de depósito	132.100,00	-140.629,54	19.766,81	264.267,46	3.304,73	255.172,27				255.172,27	255.172,27		25.557,27						
07020401	Serviços sociais	2.000,00	-23.976,41	19.766,81	6.389,61	189,80	6.335,60				6.039,60	6.035,60		19.335,81						
07020402	Serviços recreativos	100,00	100,00																	
07020403	Serviços culturais																			
07020404	Serviços desportivos	130.000,00	-124.753,13		257.477,45	3.124,73	249.132,67				249.132,67	249.132,67		5.626,46						
070205	Serviços específicos das autarquias	904.100,00	-1.003.629,20	310.679,00	1.635.973,94	39.293,46	1.556.889,54	2.234,18	2.234,18	257.064,88	1.297.590,38	1.554.655,36		351.700,84	1.352,93	173,88				
07020901	Sonamento	490.000,00	-503.776,40	164.670,59	851.967,37	22.889,76	806.382,63	1.856,83	1.865,83	137.493,70	667.002,15	804.495,85		189.280,55	942,91	92,31				
07020902	Resíduos sólidos	310.000,00	-382.739,46	110.332,98	594.310,58	9.914,11	589.805,92	287,33	287,33	95.641,73	473.956,06	569.590,59		133.140,87	409,96	81,57				
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	600,00	-1.766,75	1.167,75	1.231,01	31,81	1.175,00				1.175,00	1.175,00		1.191,75						
0702090302	Transportes escolares	400,00	-1.956,75	1.167,75	1.231,01	31,81	1.175,00				1.175,00	1.175,00		1.191,75						
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	100,00	100,00																	
0702090399	Outros	100,00	100,00																	
07020904	Trabalhos por conta de particulares	100,00	100,00																	
07020905	Comitérios	3.900,00	-956,00		3.956,00		3.956,00				3.964,00	3.964,00								
07020906	Mercados e feiras	100,00	100,00																	
07020907	Parques de estacionamento	100,00	100,00																	
07020908	Parques de camping	180.000,00	-184.001,34	26.499,69	184.356,61	6.454,36	175.665,69	160,02	160,02	23.929,55	151.376,12	175.305,47		29.895,67						
07020909	Canilões e quiosques	100,00	60,00		60,00		60,00				60,00	60,00								
07020999	Outros	100,00	45,75		87,87	33,42	54,25				54,25	54,25								
070209	Outros	100,00	42,00		58,00		58,00				58,00	58,00								
0703	Rendas	291.500,00	-151.340,83	97.380,25	353.740,72	1.000,14	341.924,80			59.687,11	282.227,69	341.924,80		108.128,03	47,66	8,68				
070301	Habitções	10.000,00	-5.272,23	4.922,52	10.349,71		9.525,55			654,42	8.975,53	9.525,55		5.512,68						
070302	Bifícios	11.500,00	-20.337,87	18.317,52	15.519,95		12.946,07			2.067,94	9.984,13	12.146,07		19.791,60						
070399	Outras	270.000,00	-132.828,73	74.139,81	325.879,86	1.000,14	320.249,18			56.971,75	267.278,03	319.249,18		82.829,55	47,66	8,68				
08	Outras receitas correntes	63.600,00	5.913,40	58.653,74	367,14	57.684,65	57.684,65				57.684,65	57.684,65		1,95						
0801	Outras	63.600,00	5.913,40	58.653,74	367,14	57.684,65	57.684,65				57.684,65	57.684,65		1,95						
080199	Outras	63.600,00	5.913,40	58.653,74	367,14	57.684,65	57.684,65				57.684,65	57.684,65		1,95						
08019902	Indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	2.500,00	1.657,36		1.432,64		1.432,64				1.432,64	1.432,64								
08019903	IVA reembolsado	100,00	100,00																	
08019904	IVA Inversão de liquidação	1.100,00	-456,91		1.806,91		1.806,91				1.806,91	1.806,91								
08019999	Diversas	60.000,00	5.553,02		58.814,12	367,14	54.445,83				54.445,83	54.445,83		1,95						
0902	Subsídios																			
	RECEITA CAPITAL	311.803,66	-2.385.408,09	2.106.933,00	518.547,67	289,50	518.454,15			639,24	589.594,91	518.454,15		2.106.831,02	104,76					
09	Venda de bens de investimento	1.221,00	1.221,00																	
0901	Terreno	821,00	821,00																	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	821,00	821,00																	
0902	Habitções	200,00	200,00																	
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100,00	100,00																	
090210	Famílias	100,00	100,00																	
0903	Bifícios	100,00	100,00																	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100,00	100,00																	
0904	Outros bens de investimento	100,00	100,00																	
	Total :	18.563.682,78	-6.404.194,49	951.001,72	24.598.478,41	582.794,66	24.320.127,76	430.671,66	430.671,66	520.119,19	23.294.137,81	23.809.256,19		1.004.833,37	7.594,41	1.518,02				

Período : 2023/01/01 2023/12/31 Visualizar Contas s/ Nov. ? N Acumulados : S

Euros

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Desembolsos diferidos	Receita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros					
								Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	
09401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100,00	100,00																	
0940103	Outras	100,00	100,00																	
09402	Sociedades financeiras																			
09403	Administração Pública - Administração central - Estado																			
09404	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos																			
09405	Administração Pública - Administração regional																			
09406	Administração Pública - Administração local - Continente																			
09407	Administração Pública - Administração local - Regiões Autónomas																			
09408	Administração Pública - Segurança social																			
09409	Instituições sem fins lucrativos																			
09410	Famílias																			
09411	Resto do mundo - União Europeia																			
09412	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais																			
10	Transferências de capital	277.193,91	-148.095,48		426.289,39		426.289,39				426.289,39	426.289,39								
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	300,00	300,00																	
100101	Públicas	200,00	200,00																	
10010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00	100,00																	
10010109	Outras	100,00	100,00																	
100102	Privadas	100,00	100,00																	
1002	Sociedades financeiras																			
1003	Administração central	276.393,91	-148.095,48		426.289,39		426.289,39				426.289,39	426.289,39								
100301	Estado	262.003,00	-150.228,00		412.311,00		412.311,00				412.311,00	412.311,00								
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	261.853,00	-150.428,00		412.311,00		412.311,00				412.311,00	412.311,00								
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	100,00	100,00																	
10030106	Transferência de competências - Lei n.º 50/2010	100,00	100,00																	
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	14.310,91	332,52		13.578,39		13.578,39				13.578,39	13.578,39								
100308	Serviços e fundos autónomos	200,00	200,00																	
10030801	Transferência de competências - Lei n.º 50/2010	100,00	100,00																	
10030809	Outras	100,00	100,00																	
1004	Administração regional																			
1005	Administração local	100,00	100,00																	
100501	Continente	100,00	100,00																	
10050109	Outras	100,00	100,00																	
100502	Região Autónoma dos Açores																			
100503	Região Autónoma da Madeira																			
1006	Segurança social																			
1007	Instituições sem fins lucrativos																			
1008	Famílias																			
1009	Resto do mundo	200,00	200,00																	
100903	União Europeia - Países Membros	100,00	100,00																	
100904	Países terceiros e organizações internacionais	100,00	100,00																	
11	Ativos financeiros	2.100,00	2.100,00																	
Total :		10.847.106,69	-6.553.192,17	956.401,72	25.928.767,80	582.750,66	24.746.417,15	430.871,66	430.871,66	620.119,09	23.695.426,40	24.315.545,49		1.004.833,37	7.694,01	1.510,02				

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Rescissões diferidas	Receita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros				
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
1101	Depósitos, certificados de depósito e poupança																		
1102	Títulos a curto prazo																		
1103	Títulos a médio e longo prazos																		
1104	Derivados financeiros																		
1105	Empréstimos a curto prazo																		
110507	Administração Pública - Administração local - Regiões Autônomas																		
1106	Empréstimos a médio e longo prazos																		
110607	Administração Pública - Administração local - Regiões Autônomas																		
1108	Ações e outras participações	2.000,00	2.000,00																
110801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	2.000,00	2.000,00																
1109	Unidades de participação																		
1111	Outros ativos financeiros	100,00	100,00																
111101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100,00	100,00																
12	Passivos financeiros	300,00	300,00																
1201	Depósitos, certificados de depósito e poupança																		
1202	Títulos a curto prazo																		
1203	Títulos a médio e longo prazos																		
1204	Derivados financeiros																		
1205	Empréstimos a curto prazo	100,00	100,00																
120502	Sociedades financeiras	100,00	100,00																
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	200,00	200,00																
120601	Sociedades e Quase - Sociedades não Financeiras																		
120602	Sociedades financeiras	100,00	100,00																
120603	Administração Pública - Administração central - Estado	100,00	100,00																
1207	Outros passivos financeiros																		
13	Outras receitas de capital	30.998,17	-2.240.013,41	2.186.933,00	80.270,28	209,50	80.164,76			89,20	83.305,52	80.164,76		2.186.837,02		104,76			
1301	Outras	30.998,17	-2.240.013,41	2.186.933,00	80.270,28	209,50	80.164,76			89,20	83.305,52	80.164,76		2.186.837,02		104,76			
130101	Indemnizações	100,00	-30.935,95	31.035,95			31.035,95				31.035,95								
130102	Ativos incorpóreos	100,00	100,00																
130199	Outras	30.798,17	-2.209.177,46	2.186.933,00	53.242,33	209,50	53.129,81			89,20	52.269,57	53.129,81		2.186.837,02		104,76			
14	Receitas próprias comunitárias																		
1401	Receitas próprias comunitárias 9032170 - OUTRAS	5.585.679,10	3.370,36	5.585.308,74			5.585.308,74				5.585.308,74	5.585.308,74							
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000,00	3.370,36	1.629,64			1.629,64				1.629,64	1.629,64							
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000,00	3.370,36	1.629,64			1.629,64				1.629,64	1.629,64							
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000,00	3.370,36	1.629,64			1.629,64				1.629,64	1.629,64							
16	Saldo da gestão anterior	5.583.679,10		5.583.679,10			5.583.679,10				5.583.679,10	5.583.679,10							
1601	Saldo orçamental	5.583.679,10		5.583.679,10			5.583.679,10				5.583.679,10	5.583.679,10							
160101	Na posse do serviço	5.583.679,10		5.583.679,10			5.583.679,10				5.583.679,10	5.583.679,10							
Total :		24.469.253,96	-8.707.835,42	3.145.334,72	30.598.354,82	383.000,16	31.415.890,15	430.871,66	430.871,66	620.970,31	29.354.040,16	29.895.010,99		3.271.676,39		7.798,77		1.518,02	

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO
MUNICÍPIO DE OBIDOS

Pág. : 1
Ano : 2023

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2023/01/01 2023/12/31

Ruros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano				Tipo	Número	R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores		
[1]	[2]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
1.			FUNÇÕES GERAIS				2.662.598,20		1.184.733,54			3.847.331,74	3.775.686,94	7.623.018,68		3.590.038,45	3.590.038,45	93,31	47,09
1.1.			SERVÍCIOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				2.662.598,20		1.184.733,54			3.847.331,74	3.775.686,94	7.623.018,68		3.590.038,45	3.590.038,45	93,31	47,09
1.1.1.			ADMINISTRAÇÃO GERAL				2.662.598,20		1.184.733,54			3.847.331,74	3.775.686,94	7.623.018,68		3.590.038,45	3.590.038,45	93,31	47,09
1.1.1.1.			SERVÍCIOS GERAIS				1.636.917,92		1.184.733,54			2.821.651,46	1.816.686,94	4.638.338,40		2.721.578,61	2.721.578,61	96,45	58,68
1.1.1.1.1.	50	2008	SERVÍCIOS GERAIS				1.636.917,92		1.184.733,54			2.821.651,46	1.816.686,94	4.638.338,40		2.721.578,61	2.721.578,61	96,45	58,68
1.1.1.1.1.1.	5002	2008	COMPARTICIPAÇÕES DE CAPITAL				10.440,00					10.440,00	50.000,00	60.440,00		2.314,53	2.314,53	22,17	3,83
1.1.1.1.1.1.1.	500201	2008	I 4	Complicação Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oeste CIM)	D7115	OUTRA	10.440,00			2008/01/02	2027/12/31	10.440,00	50.000,00	60.440,00		2.314,53	2.314,53	22,17	3,83
1.1.1.1.1.1.1.1.	5003	2008	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO						1.184.733,54			1.184.733,54	1.264.886,94	2.449.620,48		1.184.300,92	1.184.300,92	99,96	48,35
1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500301	2008	I 5	Amortização de Empréstimos	D10	OUTRA			923.504,56	2008/01/02	2032/12/31	923.504,56	481.200,00	1.404.704,56		923.071,94	923.071,94	99,95	65,71
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500302	2013	I 1	Amortização do Empréstimo PAEL	D10	OUTRA			261.228,98	2013/01/02	2026/11/15	261.228,98	783.686,94	1.044.915,92		261.228,98	261.228,98	100,00	25,00
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	5004	2008	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				1.381.287,92					1.381.287,92	444.400,00	1.825.687,92		1.311.251,63	1.311.251,63	94,93	71,82
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500401	2008	I 6	Aquisição de terrenos	D6	OUTRA	543.287,92			2008/01/02	2027/12/31	543.287,92	400,00	543.687,92		473.263,63	473.263,63	87,11	87,05
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500402	2008	I 7	Aquisição de edifícios	D6	OUTRA	538.000,00			2008/01/02	2027/12/31	538.000,00	4.000,00	542.000,00		537.988,00	537.988,00	100,00	99,26
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500403	2022	I 10	Aquisição do Convento de São Miguel	D6	OUTRA	300.000,00			2022/09/01	2032/12/31	300.000,00	440.000,00	740.000,00		300.000,00	300.000,00	100,00	40,54
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	5005	2008	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS				244.990,00					244.990,00	57.000,00	301.990,00		223.711,53	223.711,53	91,31	74,08
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500501	2008	I 8	Equipamento administrativo	D6	OUTRA	25.930,00			2008/01/02	2027/12/31	25.930,00	4.000,00	29.930,00		22.470,69	22.470,69	86,56	75,08
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500502	2008	I 9	Equipamento diverso	D6	OUTRA	219.060,00			2008/01/02	2027/12/31	219.060,00	53.000,00	272.060,00		201.240,84	201.240,84	91,87	73,97
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	5007	2008	DIVERSOS SERVIÇOS GERAIS				100,00					100,00	400,00	500,00					
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500701	2008	I 11	Restituições	D8	OUTRA	100,00			2008/01/02	2027/12/31	100,00	400,00	500,00					
1.	5008	2008	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO				100,00					100,00	400,00	500,00					
1.	500801	2020	I 4	Amortização de empréstimos de curto prazo	D10	OUTRA	100,00			2020/05/01	2023/12/31	100,00		100,00					
1.1.1.1.2.			INOV OBIDOS - INOVAÇÃO ADMINISTRATIVA				41.740,00					41.740,00	8.000,00	49.740,00		32.171,75	32.171,75	77,06	64,68
1.1.1.1.2.1.	01	2008	INOV-OBIDOS - GOVERNANÇA				41.740,00					41.740,00	8.000,00	49.740,00		32.171,75	32.171,75	77,06	64,68
1.1.1.1.2.1.1.	0103	2008	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				41.740,00					41.740,00	8.000,00	49.740,00		32.171,75	32.171,75	77,06	64,68
1.1.1.1.2.1.1.1.	010302	2008	I 18	Aquisição e reparação de hardware	D6	OUTRA	30.140,00			2008/01/02	2027/12/31	30.140,00	4.000,00	34.140,00		28.235,75	28.235,75	93,68	82,71
1.1.1.1.2.1.1.1.1.	010303	2008	I 19	Aquisição de software	D6	OUTRA	11.600,00			2008/01/02	2027/12/31	11.600,00	4.000,00	15.600,00		3.936,00	3.936,00	33,93	25,23
1.1.1.1.3.			PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS MUNICIPAIS				405.061,28					405.061,28	695.000,00	1.100.061,28		394.547,20	394.547,20	97,40	35,87
1.1.1.1.3.1.	50	2008	PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS MUNICIPAIS				405.061,28					405.061,28	695.000,00	1.100.061,28		394.547,20	394.547,20	97,40	35,87
1.1.1.1.3.1.1.	5001	2008	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIATURAS				161.211,28					161.211,28	405.000,00	566.211,28		156.568,25	156.568,25	97,12	27,65
1.1.1.1.3.1.1.1.	500101	2023	I 2	Aquisição de Viaturas	D6	OUTRA	151.211,28			2023/01/02	2025/12/31	151.211,28	365.000,00	516.211,28		147.709,47	147.709,47	97,68	28,61
1.1.1.1.3.1.1.1.1.	500102	2022	I 1	Reparação e Manutenção de viaturas	D6	OUTRA	10.000,00			2022/01/02	2027/12/31	10.000,00	40.000,00	50.000,00		8.858,78	8.858,78	88,59	17,72
1.1.1.1.3.1.1.1.1.1.	5002	2008	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				179.250,00					179.250,00	84.000,00	263.250,00		177.716,60	177.716,60	99,14	67,51
1.1.1.1.3.1.1.1.1.1.1.	500201	2008	I 34	Aquisição de máquinas e equipamentos	D6	OUTRA	159.850,00			2008/01/02	2027/12/31	159.850,00	4.000,00	163.850,00		159.759,99	159.759,99	98,94	97,50
1.1.1.1.3.1.1.1.1.1.1.1.	500202	2008	I 35	Reparação e Manutenção de máquinas e equipamentos	D6	OUTRA	19.400,00			2008/01/02	2027/12/31	19.400,00	80.000,00	99.400,00		17.956,61	17.956,61	92,56	18,07
1.1.1.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.	5003	2008	LOCAÇÃO DE BENS/MATERIAL DE TRANSPORTE				64.600,00					64.600,00	206.000,00	270.600,00		60.262,35	60.262,35	93,29	22,27
1.1.1.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500301	2008	I 36	Locação de Material de Transporte	D6	OUTRA	26.200,00			2008/01/02	2027/12/31	26.200,00	86.000,00	112.200,00		25.715,58	25.715,58	98,15	22,92
1.1.1.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	500302	2008	I 37	Locação de Outros Bens	D6	OUTRA	38.400,00			2008/01/02	2027/12/31	38.400,00	120.000,00	158.400,00		34.546,77	34.546,77	89,97	21,81
1.1.1.1.4.			EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS				578.879,00					578.879,00	1.256.000,00	1.834.879,00		441.740,89	441.740,89	76,31	24,07
1.1.1.1.4.1.	50	2008	EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS				578.879,00					578.879,00	1.256.000,00	1.834.879,00		441.740,89	441.740,89	76,31	24,07
1.1.1.1.4.1.1.	5001	2008	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS				570.759,00					570.759,00	1.212.000,00	1.782.759,00		438.575,67	438.575,67	76,84	24,60
1.1.1.1.4.1.1.1.	500101	2008	I 38	Construção e manutenção de Edifícios Municipais	D6	OUTRA	85.580,00			2008/01/02	2027/12/31	85.580,00	200.000,00	285.580,00		1.605,93	1.605,93	1,88	0,56
1.1.1.1.4.1.1.1.1.	500102	2008	I 39	Construção e manutenção de Outros Edifícios	D6	OUTRA				2008/01/01	2027/12/31		40.000,00	40.000,00					
Total :							2.169.299,20		1.184.733,54			3.354.032,74	2.759.686,94	6.113.719,68		3.149.903,49	3.149.903,49	93,91	51,52

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2023/01/01 2023/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %	
					R G	R P	O E	EMPR	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
1.1.1.4.	500105	2019 I 1	Construção do novo Quartel da GNR	D6	EMPREITADA		927,66			2019/01/02	2025/12/31	927,66	972.000,00	972.927,66					
1.1.1.4.	500107	2020 I 1	Requalificação da Extensão de Saúde de Obidos	D6	EMPREITADA		484.251,34			2020/01/02	2023/12/31	484.251,34		484.251,34	436.969,74	436.969,74	90,24	90,24	
1.1.1.4.	5002	2008	COMPLEXO LOGÍSTICO MUNICIPAL				8.120,00					8.120,00	44.000,00	52.120,00	3.165,22	3.165,22	38,98	6,07	
1.1.1.4.	500201	2008 I 40	Materiais e Equipamentos	D6	OUTRA		2.420,00			2008/01/02	2027/12/31	2.420,00	40.000,00	42.420,00	2.419,78	2.419,78	99,59	5,70	
1.1.1.4.	500202	2008 I 41	Ferramentas e Utensílios	D6	OUTRA		5.700,00			2008/01/02	2027/12/31	5.700,00	4.000,00	9.700,00	745,44	745,44	13,06	7,68	
2.			FUNÇÕES SOCIAIS				1.075.559,69					1.075.559,69	2.500.730,00	3.576.289,69	750.468,50	750.468,50	69,77	20,98	
2.1.			EDUCAÇÃO				69.000,00					69.000,00	32.730,00	101.730,00	15.534,10	15.534,10	22,51	15,27	
2.1.1.			ENSINO NÃO SUPERIOR				69.000,00					69.000,00	32.730,00	101.730,00	15.534,10	15.534,10	22,51	15,27	
2.1.1.1.			ESCOLAS D'OBIDOS				69.000,00					69.000,00	32.730,00	101.730,00	15.534,10	15.534,10	22,51	15,27	
2.1.1.1.1.	01	2008	ESCOLAS D'OBIDOS				69.000,00					69.000,00	32.730,00	101.730,00	15.534,10	15.534,10	22,51	15,27	
2.1.1.1.1.	0103	2008	ESCOLAS D'OBIDOS				61.750,00					61.750,00	31.930,00	93.680,00	8.676,85	8.676,85	14,05	9,26	
2.1.1.1.1.	010301	2008 I 50	Construção/Remodelação e Ampliação de Creches e Jardins de Infância	D6	OUTRA		13.600,00			2008/01/02	2027/12/31	13.600,00	17.530,00	31.130,00					
2.1.1.1.1.	010303	2008 I 52	Remodelação/Conservação de Escolas	D6	OUTRA		5.000,00			2008/01/02	2027/12/31	5.000,00	4.000,00	9.000,00					
2.1.1.1.1.	010304	2008 I 53	Manutenção e Aquisição de Equipamento	D6	OUTRA		18.050,00			2008/01/02	2027/12/31	18.050,00	10.000,00	28.050,00	8.676,85	8.676,85	48,07	30,93	
2.1.1.1.1.	010305	2008 I 54	Aquisição de Mobiliário	D6	OUTRA		100,00			2008/01/02	2027/12/31	100,00	400,00	500,00					
2.1.1.1.1.	010306	2023 I 4	Remodelação do antigo JI para valência de creche na Usseira	D6	OUTRA		10.000,00					10.000,00		10.000,00					
2.1.1.1.1.	010307	2023 I 5	Remodelação da antiga EP para valência de creche em A-dos-Negros	D6	OUTRA		15.000,00			2023/01/02	2025/12/31	15.000,00		15.000,00					
2.1.1.1.1.	0104	2008	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO				7.250,00					7.250,00	800,00	8.050,00	6.857,25	6.857,25	94,56	85,18	
2.1.1.1.1.	010401	2008 I 60	Aquisição de Hardware	D6	OUTRA		7.150,00			2008/01/02	2027/12/31	7.150,00	400,00	7.550,00	6.857,25	6.857,25	95,91	90,82	
2.1.1.1.1.	010402	2009 I 61	Aquisição de Software	D6	OUTRA		100,00			2008/01/02	2027/12/31	100,00	400,00	500,00					
2.3.			SEGURANÇA SOCIAL E AÇÃO SOCIAIS				200.448,00					200.448,00	312.000,00	512.448,00	57.123,82	57.123,82	28,50	11,15	
2.3.2.			AÇÃO SOCIAL				200.448,00					200.448,00	312.000,00	512.448,00	57.123,82	57.123,82	28,50	11,15	
2.3.2.2.	02	2015	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E JUVENTUDE				200.448,00					200.448,00	312.000,00	512.448,00	57.123,82	57.123,82	28,50	11,15	
2.3.2.2.	0201	2015	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				78.000,00					78.000,00	312.000,00	390.000,00					
2.3.2.2.	020106	2018 I 1	Programa de atribuição de apoios a instituições com intervenção social - Investimentos	D712	OUTRA		78.000,00			2015/01/02	2027/12/31	78.000,00	312.000,00	390.000,00					
2.3.2.2.	0202	2015	PROJETO ESPAÇO Ó				122.448,00					122.448,00		122.448,00	57.123,82	57.123,82	46,65	46,65	
2.3.2.2.	020204	2015 I 12	Requalificação do complexo industrial vinícola de A-da-Gorda em área de serviços, comércio e investigação agrícola - Espaço Memória	D6	EMPREITADA		78.820,00			2015/01/02	2023/12/31	78.820,00		78.820,00	33.306,76	33.306,76	42,26	42,26	
2.3.2.2.	020205	2015 I 13	Reabilitação da Casa dos Seixos na Amoreira	D6	EMPREITADA		43.378,00			2015/01/02	2023/12/31	43.378,00		43.378,00	23.817,06	23.817,06	54,91	54,91	
2.3.2.2.	020206	2022 I 7	Apetrechamento do Complexo Industrial Vinícola e da Casa dos Seixos	D6	OUTRA		250,00			2022/09/01	2023/12/31	250,00		250,00					
2.4.			HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS				545.251,69					545.251,69	1.682.800,00	2.227.251,69	484.410,86	484.410,86	88,84	21,73	
2.4.1.			HABITAÇÃO				56.126,42					56.126,42	110.000,00	166.126,42	55.126,42	55.126,42	98,22	33,18	
2.4.1.1.			HABITAÇÃO SOCIAL				56.126,42					56.126,42	110.000,00	166.126,42	55.126,42	55.126,42	98,22	33,18	
2.4.1.1.1.	50	2008	HABITAÇÃO SOCIAL				56.126,42					56.126,42	110.000,00	166.126,42	55.126,42	55.126,42	98,22	33,18	
2.4.1.1.1.	5001	2008	PROGRAMA RE-HABITAR				55.126,42					55.126,42	106.000,00	161.126,42	55.126,42	55.126,42	100,00	34,21	
2.4.1.1.1.	500103	2016 I 2	Intervenções em Habitação Social Degradada - Parceria com entidades	D712	OUTRA		55.126,42			2016/01/02	2027/12/31	55.126,42	106.000,00	161.126,42	55.126,42	55.126,42	100,00	34,21	
2.4.1.1.1.	5002	2008	ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO				1.000,00					1.000,00	4.000,00	5.000,00					
2.4.1.1.1.	500201	2023 I 1	Construção e reabilitação de habitações	D6	EMPREITADA		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	1.000,00	4.000,00	5.000,00					
2.4.2.			ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO				424.930,27					424.930,27	138.000,00	562.930,27	379.469,55	379.469,55	89,30	67,41	
Total :							2.988.172,62		1.184.733,54			4.172.906,16	4.230.416,94	8.403.323,10	3.717.822,79	3.717.822,79	89,89	44,24	

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO
MUNICÍPIO DE OBIDOS

Pág. : 3
Ano : 2023

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2023/01/01 2023/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %	
					R G	R F	U E	EMPR	Início	Fin	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
[1]	Código Ano Tipo Número [2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]	
2.4.2.1.		REQUALIFICAÇÃO URBANA				341.065,00					341.065,00	130.000,00	471.065,00		319.469,55	319.469,55	93,67	67,82	
2.4.2.1.	50 2008	REQUALIFICAÇÃO URBANA				341.065,00					341.065,00	130.000,00	471.065,00		319.469,55	319.469,55	93,67	67,82	
2.4.2.1.	5001 2008	REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANAS				341.065,00					341.065,00	130.000,00	471.065,00		319.469,55	319.469,55	93,67	67,82	
2.4.2.1.	500101 2008 I 71	Requalificação Urbana em vários Locais do Concelho	D6	OUTRA		263.250,00			2008/01/02	2027/12/31	263.250,00	130.000,00	393.250,00		242.589,35	242.589,35	92,15	61,69	
2.4.2.1.	500126 2017 I 5	Praca da Cristividade - Requalificação da estrada da Vila de Obidos	D6	EMPREGADA		77.115,00			2017/01/02	2023/12/31	77.115,00		77.115,00		76.880,20	76.880,20	99,70	99,70	
2.4.2.1.	500128 2022 I 8	Requalificação do parque de estacionamento dos Arrifes	D6	EMPREGADA		700,00			2022/09/01	2024/12/31	700,00		700,00						
2.4.2.2.		PLANEAMENTO URBANÍSTICO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO				83.865,27					83.865,27	8.000,00	91.865,27		60.000,00	60.000,00	71,54	65,31	
2.4.2.2.	50 2008	PLANEAMENTO URBANÍSTICO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO				83.865,27					83.865,27	8.000,00	91.865,27		60.000,00	60.000,00	71,54	65,31	
2.4.2.2.	5001 2008	PLANEAMENTO URBANÍSTICO				83.865,27					83.865,27	8.000,00	91.865,27		60.000,00	60.000,00	71,54	65,31	
2.4.2.2.	500101 2008 I 75	Elaboração de PMO's	D6	OUTRA		83.400,00			2008/01/02	2027/12/31	83.400,00	4.000,00	87.400,00		60.000,00	60.000,00	71,94	68,65	
2.4.2.2.	500103 2008 I 77	Estudos e Projectos	D6	OUTRA		465,27			2008/01/02	2027/12/31	465,27	4.000,00	4.465,27						
2.4.3.		SANEAMENTO				17.195,00					17.195,00	680.000,00	697.195,00		13.718,07	13.718,07	79,78	1,97	
2.4.3.	01 2008	SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS				17.195,00					17.195,00	680.000,00	697.195,00		13.718,07	13.718,07	79,78	1,97	
2.4.3.	0101 2008	ÁGUAS RESIDUAIS				17.195,00					17.195,00	680.000,00	697.195,00		13.718,07	13.718,07	79,78	1,97	
2.4.3.	010102 2008 I 82	Manutenção da Rede de Águas Residuais	D6	ADM. DIR.		9.000,00			2008/01/02	2027/12/31	9.000,00	60.000,00	69.000,00		8.257,61	8.257,61	91,75	11,97	
2.4.3.	010104 2008 I 84	Construção/Ampliação/Reparação da Rede	D6	ADM. DIR.		7.195,00			2008/01/02	2027/12/31	7.195,00	600.000,00	607.195,00		5.460,46	5.460,46	75,89	0,90	
2.4.3.	010106 2008 I 86	Material Diverso para Saneamento	D6	ADM. DIR.		1.000,00			2008/01/02	2027/12/31	1.000,00	20.000,00	21.000,00						
2.4.4.		ABASTECIMENTO DE ÁGUA				42.000,00					42.000,00	674.000,00	716.000,00		35.284,53	35.284,53	84,01	4,93	
2.4.4.	01 2008	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS				42.000,00					42.000,00	674.000,00	716.000,00		35.284,53	35.284,53	84,01	4,93	
2.4.4.	0101 2008	ABASTECIMENTO DE ÁGUAS				42.000,00					42.000,00	674.000,00	716.000,00		35.284,53	35.284,53	84,01	4,93	
2.4.4.	010103 2008 I 87	Equipamento manutenção e telegestão do Sistema de Abastecimento de Águas	D6	OUTRA					2008/01/02	2027/12/31		14.000,00	14.000,00						
2.4.4.	010104 2008 I 88	Construção/ampliação/reparação da rede de abastecimento de águas	D6	ADM. DIR.		2.000,00			2008/01/02	2027/12/31	2.000,00	600.000,00	602.000,00						
2.4.4.	010106 2008 I 90	Material diverso para água	D6	ADM. DIR.		40.000,00			2008/01/02	2027/12/31	40.000,00	60.000,00	100.000,00		35.284,53	35.284,53	88,21	35,28	
2.4.5.		RESÍDUOS SÓLIDOS				5.000,00					5.000,00	80.000,00	85.000,00		812,29	812,29	16,25	0,96	
2.4.5.	01 2008	RECOLHA E TRATAMENTO DE RSU				5.000,00					5.000,00	80.000,00	85.000,00		812,29	812,29	16,25	0,96	
2.4.5.	0101 2008	RESÍDUOS SÓLIDOS				5.000,00					5.000,00	80.000,00	85.000,00		812,29	812,29	16,25	0,96	
2.4.5.	010103 2008 I 92	Aquisição e reparação de contentores e receptáculos	D6	OUTRA		5.000,00			2008/01/02	2027/12/31	5.000,00	80.000,00	85.000,00		812,29	812,29	16,25	0,96	
2.5.		SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS				260.860,00					260.860,00	474.000,00	734.860,00		193.399,72	193.399,72	74,14	26,32	
2.5.2.		DESPORTO, RECREIO E LAZER				260.860,00					260.860,00	474.000,00	734.860,00		193.399,72	193.399,72	74,14	26,32	
2.5.2.	01 2008	DESPORTO, RECREIO E LAZER				16.960,00					16.960,00	474.000,00	490.960,00		8.620,94	8.620,94	50,83	1,76	
2.5.2.	0101 2008	COMPLEXO DESPORTIVO				16.960,00					16.960,00	474.000,00	490.960,00		8.620,94	8.620,94	50,83	1,76	
2.5.2.	010101 2008 I 121	Mobiliário e equipamento	D6	OUTRA		1.000,00			2008/01/02	2027/12/31	1.000,00	4.000,00	5.000,00						
2.5.2.	010102 2008 I 122	Infra-estruturas desportivas	D6	OUTRA		5.000,00			2008/01/02	2026/12/31	5.000,00	450.000,00	455.000,00		4.335,75	4.335,75	86,72	0,95	
2.5.2.	010106 2015 I 25	Aquisição e manutenção de equipamentos desportivos	D6	OUTRA		10.960,00			2015/01/02	2027/12/31	10.960,00	20.000,00	30.960,00		4.285,19	4.285,19	39,10	13,84	
2.5.2.	01 2018	OBIDOS + ATIVO				243.900,00					243.900,00		243.900,00		184.778,78	184.778,78	75,76	75,76	
2.5.2.	0104 2018	Gabinete Obidos + Ativo				243.900,00					243.900,00		243.900,00		184.778,78	184.778,78	75,76	75,76	
2.5.2.	010404 2022 I 2	PDR2020-10.2.1.6-FRADER-068561 - Renovação de Aldeias - Rede Municipal de miradouros e bikeparking	D6	OUTRA		9.500,00			2022/01/02	2023/12/31	9.500,00		9.500,00		9.232,38	9.232,38	97,18	97,18	
Total :						3.503.757,89			1.184.733,54			4.688.491,43	6.276.416,94	10.964.908,37		4.164.960,55	4.164.960,55	88,83	37,96

Identificação de Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES CORRIGIDAS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : RUBRICA ORÇAMENTAL

Período : 2023/01/01 2023/12/31

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado		Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %					
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fin	Ano	Ano seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano			Total				
					[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]			[17]=[15]+[16]	[18]	[19]		
2.5.2.	010405	2022 I 3	MAR20-04-8053-FEAMP-000574 - As aves como Meio de Proteção da Biodiversidade da Lagoa de Óbidos	06	OUTRA		48.400,00					2022/01/02	2023/12/31	48.400,00		48.400,00		48.325,04	48.325,04	99,85	99,85	
2.5.2.	010406	2022 I 4	MAR20-04-8053-FEAMP-000401 - Lagoa de Óbidos-Reforço para a Competitividade do Turismo	06	OUTRA							2022/01/02	2023/12/30	186.000,00		186.000,00		127.221,36	127.221,36	68,40	68,40	
2.5.2.	010406	2022 I 4	Aquisição de bens de capital	06			27.000,00															
2.5.2.	010406	2022 I 4	Aquisição de bens de capital	06			159.000,00															
3.			FUNÇÕES ECONÓMICAS				386.088,72							386.088,72	3.381.547,00	3.767.635,72		55.881,86	55.881,86	14,47	1,48	
3.2.			INDÚSTRIA E ENERGIA				10.000,00							10.000,00	40.000,00	50.000,00						
3.2.1.			ENERGIA				10.000,00							10.000,00	40.000,00	50.000,00						
3.2.1.1.	01	2008	ILUMINAÇÃO PÚBLICA				5.000,00							5.000,00	20.000,00	25.000,00						
3.2.1.1.	0101	2008	ILUMINAÇÃO PÚBLICA				5.000,00							5.000,00	20.000,00	25.000,00						
3.2.1.1.	010103	2008 I 135	Infra-estruturas electricas no concelho	06	EMPREGADA		5.000,00			2008/01/02	2027/12/31			5.000,00	20.000,00	25.000,00						
3.2.1.1.	02	2008	ENERGIA				5.000,00							5.000,00	20.000,00	25.000,00						
3.2.1.1.	0201	2008	ENERGIA				5.000,00							5.000,00	20.000,00	25.000,00						
3.2.1.1.	020101	2008 I 136	Material electrico diverso	06	OUTRA		5.000,00			2008/01/02	2027/12/31			5.000,00	20.000,00	25.000,00						
3.3.			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES				376.088,72							376.088,72	3.341.547,00	3.717.635,72		55.881,86	55.881,86	14,86	1,50	
3.3.1.			TRANSPORTES ROVOLIÁRIOS				376.088,72							376.088,72	3.341.547,00	3.717.635,72		55.881,86	55.881,86	14,86	1,50	
3.3.1.1.			REDE VIÁRIA				376.088,72							376.088,72	3.341.547,00	3.717.635,72		55.881,86	55.881,86	14,86	1,50	
3.3.1.1.1.			REDE VIÁRIA				376.088,72							376.088,72	3.341.547,00	3.717.635,72		55.881,86	55.881,86	14,86	1,50	
3.3.1.1.1.	50	2008	REDE VIÁRIA				376.088,72							376.088,72	3.341.547,00	3.717.635,72		55.881,86	55.881,86	14,86	1,50	
3.3.1.1.1.	5001	2008	REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO/AMPLIAÇÃO DA REDE VIÁRIA				346.088,72							346.088,72	3.256.547,00	3.602.635,72		49.975,89	49.975,89	14,44	1,39	
3.3.1.1.1.	500102	2008 I 140	Viadutos, arruamentos e obras complementares	06	OUTRA		221.088,72			2008/01/02	2027/12/31			221.088,72	2.326.547,00	2.547.635,72		28.502,27	28.502,27	12,89	1,12	
3.3.1.1.1.	500104	2008 I 142	Correcção e beneficiação de estradas e caminhos	06	OUTRA		100.000,00			2008/01/02	2027/12/31			100.000,00	80.000,00	180.000,00		21.473,62	21.473,62	21,47	11,93	
3.3.1.1.1.	500117	2014 I 28	Pavimentação de diversos arruamentos no concelho	06	EMPREGADA		25.000,00			2014/01/02	2026/12/31			25.000,00	850.000,00	875.000,00						
3.3.1.1.1.	5002	2008	ORÇAMENTO DE TRÁNSITO				30.000,00							30.000,00	85.000,00	115.000,00		5.905,97	5.905,97	19,69	5,14	
3.3.1.1.1.	500203	2008 I 148	Sinalização vertical e marcas rodoviárias	06	OUTRA		30.000,00			2008/01/02	2027/12/31			30.000,00	45.000,00	75.000,00		5.905,97	5.905,97	19,69	7,87	
3.3.1.1.1.	500204	2018 I 3	Instalação e reparação de guardas metálicas	06	EMPREGADA					2018/01/02	2027/12/31				40.000,00	40.000,00						
4.			OUTRAS FUNÇÕES				1.376.284,10							1.376.284,10	1.710.400,00	3.086.684,10		1.296.913,51	1.296.913,51	94,23	42,02	
4.2.			TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES				783.900,00							783.900,00	1.670.000,00	2.453.900,00		714.815,66	714.815,66	91,19	29,13	
4.2.1.	01	2008	JUNTAS DE FREGUESIA				783.900,00							783.900,00	1.670.000,00	2.453.900,00		714.815,66	714.815,66	91,19	29,13	
4.2.1.1.	0101	2008	JUNTAS DE FREGUESIA				783.900,00							783.900,00	1.670.000,00	2.453.900,00		714.815,66	714.815,66	91,19	29,13	
4.2.1.1.1.	010102	2008 I 149	Acordos de Execução	07115			622.900,00			2008/01/02	2025/12/31			622.900,00	1.300.000,00	1.922.900,00		614.201,99	614.201,99	98,50	31,94	
4.2.1.1.1.1.	010103	2008 I 150	Outras transferências de capital	07115			5.000,00			2008/01/02	2027/12/31			5.000,00	20.000,00	25.000,00						
4.2.1.1.1.1.1.	010104	2017 I 3	Contrato Interadministrativos	07115			156.000,00			2017/01/02	2025/12/31			156.000,00	350.000,00	506.000,00		100.613,67	100.613,67	64,50	19,88	
4.3.			DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS				592.384,10							592.384,10	40.400,00	632.784,10		582.097,85	582.097,85	98,26	91,99	
4.3.2.			SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS				592.384,10							592.384,10	40.400,00	632.784,10		582.097,85	582.097,85	98,26	91,99	
4.3.2.1.	01	2008	PROTÓTIPOS/PROGRAMAS DE APOIO/SUBSÍDIOS				592.384,10							592.384,10	40.400,00	632.784,10		582.097,85	582.097,85	98,26	91,99	
4.3.2.1.1.	0101	2008	PROTÓTIPOS/PROGRAMAS DE APOIO/SUBSÍDIOS				592.384,10							592.384,10	40.400,00	632.784,10		582.097,85	582.097,85	98,26	91,99	
4.3.2.1.1.1.	010112	2008 I 152	Subsídios de capital diversos	0712			45.100,00			2008/01/02	2027/12/31			45.100,00	40.000,00	85.100,00		35.013,75	35.013,75	77,64	41,14	
4.3.2.1.1.1.1.	010114	2008 I 158	Entidades Empresariais Municipais - EEM	0714			547.284,10			2008/06/01	2025/12/31			547.284,10	200,00	547.284,10		547.084,10	547.084,10	99,96	99,95	
4.3.2.1.1.1.1.1.	010117	2010 I 11	OBTEC - Capital	0714			100,00			2010/01/02	2025/12/31			100,00	200,00	300,00						
Total :							5.500.530,71		1.184.733,54					6.685.264,25	11.368.363,94	18.053.628,19		5.693.302,32	5.693.302,32	85,16	31,54	



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), o perímetro de consolidação orçamental das administrações públicas compreende os subperímetros referentes à administração central, segurança social, administração local e regiões autónomas.

O perímetro de consolidação da Administração Local é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Considerando que a Óbidos Criativa, EM e a Obitec – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, não fazem parte lista de entidades que, em 2023, integravam o Setor Institucional das Administrações Públicas (S.13 nos termos do código do sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais – SEC 2010), publicada pelo Instituto Nacional de Estatística em março de 2023, as Demonstrações Orçamentais Consolidadas respeitarão apenas ao Município de Óbidos.



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Handwritten signature and initials.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Óbidos (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 104.931.495,62 euros e um total de património líquido de 89.884.374,27 euros, incluindo um resultado líquido de 4.478.190,87 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Óbidos (o Grupo) em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

1

Bases para a opinião com reservas

Não é possível validar, apesar dos trabalhos que tem vindo a ser realizados ao longo dos anos, que os bens inventariados e registados em Ativos fixos tangíveis representam a plenitude dos bens que pertencem ao Município, não sendo por isso possível emitir





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

opinião sobre a extensão das rubricas de Património/Capital, Ativos fixos tangíveis, Gastos de depreciação e de amortização e consequentemente do Resultado do exercício.

O município tem como política contabilística o reconhecimento em Ativos fixos tangíveis, de elementos que integram os Ativos fixos tangíveis em curso, na data em que é realizada a receção provisória de uma obra. Não nos foi possível obter evidência da não existência de obras, na rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso, com a existência de receção provisória ou concluídas, pelo que não nos é possível aferir o efeito que esta situação tem nas demonstrações financeiras nomeadamente nas rubricas de Ativos fixos tangíveis, de Ativos fixos tangíveis em curso, de Gastos de depreciação e de amortização e consequentemente no Resultado do exercício.

O município identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais obteve dos Concessionários a informação sobre os ativos de concessão à data de 31 de Dezembro de 2022. A referida informação, permitiu o registo contabilístico dos valores, referentes à informação prestada, à data de 31 de Dezembro de 2022, no entanto a referida informação não permite ao Município, proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização individualizada conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Por tal facto e por não ser possível obter prova suficiente e apropriada sobre os ativos em causa, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.

2

Ênfase

Conforme o divulgado no Relatório de Gestão das contas consolidadas e nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas a Óbidos Criativa, EEM, empresa municipal, detida a 100% pelo Município de Óbidos e a Obitec – Associação Ciência e Tecnologia associação detida em 96,09% pelo Município de Óbidos, não fazem parte do





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

perímetro de consolidação Orçamental do Município de Óbidos, assim, os documentos orçamentais consolidados referem-se somente ao Município.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

3

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas





Handwritten signature or initials in blue ink.

materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Município de Óbidos que compreendem a Demonstração consolidada de desempenho orçamental e a Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, o Relatório de Gestão Consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, XX de Junho de 2024

Marques, Cruz & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

SROC n.º 218

Registada na CMVM sob o n.º 20161513

representada por:

6

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228
Registado na CMVM com o n.º 20160839





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Óbidos (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 104.931.495,62 euros e um total de património líquido de 89.884.374,27 euros, incluindo um resultado líquido de 4.478.190,87 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Óbidos (o Grupo) em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Não é possível validar, apesar dos trabalhos que tem vindo a ser realizados ao longo dos anos, que os bens inventariados e registados em Ativos fixos tangíveis representam a plenitude dos bens que pertencem ao Município, não sendo por isso possível emitir





opinião sobre a extensão das rubricas de Património/Capital, Ativos fixos tangíveis, Gastos de depreciação e de amortização e consequentemente do Resultado do exercício.

O município tem como política contabilística o reconhecimento em Ativos fixos tangíveis, de elementos que integram os Ativos fixos tangíveis em curso, na data em que é realizada a receção provisória de uma obra. Não nos foi possível obter evidência da não existência de obras, na rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso, com a existência de receção provisória ou concluídas, pelo que não nos é possível aferir o efeito que esta situação tem nas demonstrações financeiras nomeadamente nas rubricas de Ativos fixos tangíveis, de Ativos fixos tangíveis em curso, de Gastos de depreciação e de amortização e consequentemente no Resultado do exercício.

O município identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais obteve dos Concessionários a informação sobre os ativos de concessão à data de 31 de Dezembro de 2022. A referida informação, permitiu o registo contabilístico dos valores, referentes à informação prestada, à data de 31 de Dezembro de 2022, no entanto a referida informação não permite ao Município, proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização individualizada conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Por tal facto e por não ser possível obter prova suficiente e apropriada sobre os ativos em causa, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.

2

Ênfase

Conforme o divulgado no Relatório de Gestão das contas consolidadas e nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas a Óbidos Criativa, EEM, empresa municipal, detida a 100% pelo Município de Óbidos e a Obitec – Associação Ciência e Tecnologia associação detida em 96,09% pelo Município de Óbidos, não fazem parte do





perímetro de consolidação Orçamental do Município de Óbidos, assim, os documentos orçamentais consolidados referem-se somente ao Município.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas





materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;





- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Município de Óbidos que compreendem a Demonstração consolidada de desempenho orçamental e a Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, o Relatório de Gestão Consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 14 de Junho de 2024

Marques, Cruz & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

SROC n.º 218

Registada na CMVM sob o n.º 20161513

representada por:

João Carlos Cunha da Cruz – ROC n.º 1228
Registado na CMVM com o n.º 20160839